

## ORÇAMENTO 2016

# Iniciativa garante participação de juízes na gestão do TJMG

Ascom/Amagis



O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) realizou, em Belo Horizonte, no dia 29 de julho, o primeiro seminário com os magistrados de 1ª instância para debater o orçamento do TJMG. A iniciativa contou com a presença de vários magistrados do estado e foi considerada um importante passo para a gestão participativa no Judiciário mineiro.

**Magistrados de 1ª instância debateram o orçamento do TJMG**

**Página 7**

## NOVO ESTATUTO

### Proposta da Associação valoriza 1º grau

A valorização da justiça de 1º grau, por meio da criação de uma estrutura administrativa mínima, capaz de dar melhores condições de trabalho aos juízes é uma das propostas da Amagis ao novo Estatuto da Magistratura. O documento com todas as proposições foi entregue ao presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, pela vice-presidente Administrativa, juíza Luzia Peixôto, no dia 22 de julho.

**Página 3**

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

### Automaticidade será votada em agosto

Está prevista para este mês, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), a votação do Projeto de Lei 2.252/15, que fixa o subsídio mensal da magistratura e garante a automaticidade do reajuste com base no dos ministros do Supremo Tribunal Federal. A Amagis irá acompanhar toda a tramitação nas comissões temáticas e no plenário e intensificar a interlocução com os deputados estaduais em defesa da aprovação da matéria.

**Página 4**

Amagis celebrará os 60 anos em outubro em Belo Horizonte

**Página 11**

Em parceria com Amagis, Enfam dará curso

**Página 13**

Contas da Associação e da Amagis Saúde são aprovadas

**Página 20**

Grupo de Estados tem 10% de novas adesões

**Página 28**

# Iniciativa inédita no TJMG abre participação de juízes na gestão

HERBERT CARNEIRO\*

A realização do Seminário Orçamento Participativo 2016, pela direção do TJMG, confirma o forte compromisso da atual administração, especialmente com a magistratura mineira, ao adotar uma política de transparência em suas ações. A inovadora iniciativa representa mudança importante que vem acontecendo em nosso Tribunal no sentido de aprimorar o controle e compartilhamento e propiciar a gestão participativa, por meio da realização de reuniões prévias ao fechamento da proposta orçamentária.

Trata-se de avanço nos processos de modernização e democratização interna do Judiciário, historicamente defendidas pela Amagis, abrindo à participação de todos – juízes, desembargadores e servidores – na discussão de prioridades e na aplicação e distribuição dos recursos públicos.

É um passo de fundamental importância na gestão pública, implicando também mudança de consciência e de concepção, demonstrando interesse e disposição de discutir temas, ainda que técnicos e complexos, como a matéria orçamentária. Hoje, a nova percepção incentiva a participação de mais pessoas e contribui para uma proposta mais próxima da realidade de cada comarca e de suas expectativas. O amplo conhecimento da realidade financeira do Judiciário e do País, bem como dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, permitirá a racionalização dos recursos orçamentários, maior controle e sua correta aplicação.

A elaboração do orçamento de forma participativa cumpre ainda os compromissos de gestão da atual administração, em consonância com o que está previsto na Resolução 195/2014 do Conselho Nacional de Justiça, que recomenda a realização de reuniões orçamentárias. Além dos princípios da transparência e da participação, a medida tem como resultados práticos a melhoria da eficiência operacional, a priorização da primeira instância, com correções das históricas distorções e investimento na solução de seus principais problemas.

Como é de interesse de toda a magistratura, a Amagis se fez presente no seminário e ainda deu-lhe ampla divulgação, transmitindo-o pelo site para todos os magistrados do interior e da capital, ativos e inativos.

A partir daí, a Comissão de Orçamento, Planejamento e Finanças do Tribunal irá analisar todas as ponderações e sugestões discutidas na reunião com servidores e nas outras duas, com juízes e desembargadores, para a elaboração da proposta final. Em toda a história do Judiciário mineiro, essa é a primeira vez que seu orçamento será fruto de uma construção coletiva, reduzindo, de maneira significativa, as chances de desperdício e equívocos. Em seguida, a proposta será analisada pelo Órgão Especial e, depois, enviada ao Poder Executivo, que a encaminhará ao Legislativo, a quem cabe a palavra final.

Ainda que técnico e complexo, e agora mais transparente e participativo, o orçamento está sendo elaborado criteriosamente dentro do novo e adverso cenário econômico, com a diminuição da previsão de arrecadação em todos os níveis de governo, o que impacta na gestão do orçamento e reforça a necessidade da participação de todos para superar as dificuldades que já se anunciam.

Mesmo assim, estamos convencidos de que serão melhoradas as condições de trabalho - com incremento do processo judicial eletrônico, reforma e construção de prédios - e de segurança, resultando, ao final, na valorização da importância dos magistrados de 1ª instância para o pleno exercício do Poder Judiciário em Minas.

Após o recesso parlamentar, também retomaremos fortemente nossa interlocução com os deputados da Assembleia Legislativa, para garantir a aprovação da lei estadual que garante a automaticidade do reajuste dos subsídios de acordo com o mesmo índice aplicado ao dos ministros do Supremo.

Da mesma forma, em Brasília, com foco nos debates sobre a criação do novo Estatuto da Magistratura e no resgate do ATS. Nossa comissão criada para estudar o novo estatuto apresentou importantes sugestões, após ouvir todos os magistrados, que irão nos guiar na defesa de nossos direitos e do Judiciário que idealizamos, com dignidade para a magistratura e pela melhoria de vida e respeito ao cidadão. ●

(\*) Presidente da Amagis

**“Em toda a história do Judiciário mineiro, essa é a primeira vez que seu orçamento será fruto de uma construção coletiva”**

## ÍNDICE

Congresso minerário tem 95% de aprovação **8**

**15** Férias nas colônias começam com as inscrições e sorteios

» Amagis propõe valorização do 1º grau ao novo Estatuto 03  
» AL vota automaticidade de reajuste de subsídios 04  
» Presidente exalta valor de juízes para a Justiça Eleitoral 05  
» Participação de juízes na gestão avança no TJMG 07  
» Congresso minerário tem 95% de aprovação 08  
» Memorial recebe atualização nos 60 anos 10  
» Data histórica será celebrada com homenagem a aposentados 11  
» Audiência de custódia cumpre acordos internacionais 12

» Em parceria com a Amagis, Enfam cria curso da LEP 13  
» Desembargador investirá na consolidação da Ouvidoria 14  
» Férias nas colônias começam com as inscrições e sorteios 15  
» Universidade forma cidadãos na Apac de Nova Lima 16  
» Contas são aprovadas por unanimidade 20  
» Tribunal de Justiça empossa novos desembargadores 22  
» Conselho Gestor reajusta consultas 27  
» Novas adesões correspondem a 10% do Grupo de Estados 28

Memorial recebe atualização nos 60 anos **10**

**16** Universidade forma cidadãos na Apac de Nova Lima



Jornal Mensal da  
Associação dos  
Magistrados Mineiros  
AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro  
Belo Horizonte • MG  
Telefax: (31) 3079-3499  
e-mail: imprensa@amagis.com.br  
www.amagis.com.br

ISSN - 1981-4577  
(Decisão Impresso)  
ISSN - 1981-4569  
(Decisão On-line)

**Presidente:**

Desembargador Herbert  
José Almeida Carneiro

**Vice-presidente Administrativa:**  
Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

**Vice-presidente Financeiro:**  
Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

**Vice-presidente de Saúde:**  
Juiz Maurício Torres Soares

**Vice-presidente dos  
Aposentados e Pensionistas:**  
Desembargador Tibagy  
Salles Oliveira

**Vice-presidente do Interior:**  
Juíza Ivone Campos  
Guilarducci Cerqueira

**Vice-presidente  
Sócio-cultural-Esportivo:**  
Desembargador Tiago Pinto

**Diretor-Secretário:**  
Morvan Rabêlo de Rezende

**Diretora-Subsecretária:**  
Juíza Maria da Graça Rocha Santos

**Diretoras de Comunicação:**  
Juízas Aldina de Carvalho Soares  
e Rosimere das Graças do Couto

**Coordenador de Comunicação:**  
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

**Jornalistas:**  
Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441  
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188  
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

**Projeto Gráfico:**  
Agência Graffo

**Diagramação:**  
Fosfato Comunicação Digital

**Pré-impressão/Impressão:**  
Gráfica e Editora Del Rey

**Tiragem:** 2.300 exemplares

NO STF

# Amagis propõe valorização do 1º grau ao novo Estatuto

Após seis meses de intenso trabalho, a juíza Luzia Peixôto, no exercício da presidência da Amagis, e a juíza Cristiana Martins Gualberto entregaram, no dia 22 de julho, ao desembargador Herbert Carneiro (licenciado da presidência da Associação em função das férias) as propostas elaboradas pela Comissão de Estudos do Novo Estatuto da Magistratura (Cenem) ao novo Estatuto da Magistratura.

A comissão foi instituída em 9 de fevereiro, com o objetivo de ampliar e democratizar o debate com juízes e desembargadores mineiros, que puderam enviar suas sugestões. Na avaliação da juíza Luzia Peixôto, o trabalho do grupo foi muito produtivo e as propostas encaminhadas pelos magistrados enriqueceram o debate e a elaboração do texto.

Dezenas de propostas foram enviadas, e o documento final aponta para a valorização da magistratura, seja por melhores condições de trabalho, na estrutura do Judiciário, nas garantias da classe ou na autonomia administrativa e financeira dos tribunais estaduais.

A valorização do primeiro grau ganha destaque com a sugestão de que, no título sobre os órgãos do Poder Judiciário, no que se refere

à sua estrutura e composição, seja criada a sessão “Das Unidades Judiciárias de Primeiro Grau”. A proposta prevê a criação de uma estrutura mínima para cada unidade judiciária composta por dois assessores, dois assistentes, auxiliares de gabinete e estagiários. O texto observa ainda que essa estrutura deverá ser ampliada proporcionalmente à distribuição mensal de cada unidade jurisdicional.

Os magistrados aposentados também receberam atenção especial com a proposta da criação de magistrado conciliador provido por juiz ou desembargador inativo. A minuta ao anteprojeto do Supremo Tribunal Federal trata ainda da automaticidade dos subsídios da classe e a

inclusão dos emolumentos, custas e as multas processuais como receitas exclusivas do Poder Judiciário. Veja ao lado algumas propostas da comissão e acesse o site [amagis.com.br](http://amagis.com.br) para ver a íntegra do documento.

Além de Luzia Peixôto e Cristiana Gualberto, a comissão foi formada pelos seguintes magistrados: Gilson Soares Lemes, Carlos Frederico Braga da Silva, Agnaldo Rodrigues Pereira, Átila Andrade de Castro, Geraldo Carlos Campos e Antônio Carlos Parreira. ●

Georgia Baçvaroff



Herbert Carneiro, Luzia Peixôto e Cristina Gualberto

## CONHEÇA ALGUMAS PROPOSTAS ELABORADAS PELA COMISSÃO DO NOVO ESTATUTO



Criação da sessão VI, no capítulo I, do Título I do novo estatuto, denominada “Das Unidades Judiciárias de Primeiro Grau”, com previsão de estrutura mínima para cada unidade judiciária composta por dois assessores, dois assistentes, auxiliares de gabinete e estagiários. Essa estrutura deverá ser aumentada de acordo com a distribuição mensal de cada unidade jurisdicional



Criação de magistrado conciliador provido por magistrados aposentados



Inclusão dos emolumentos, custas e as multas processuais como receitas exclusivas do Poder Judiciário



Supressão da vedação da fixação de férias coletivas nos juízes e tribunais de segundo grau



Inclusão da previsão de que os subsídios dos demais magistrados serão reajustados automaticamente sempre que houver revisão do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o mesmo índice e assegurados idênticos efeitos financeiros retroativos eventualmente aplicáveis à revisão, caso em que os respectivos valores deverão ser pagos até o próximo exercício, no máximo



Assegurar aos magistrados os efeitos jurídicos de eventuais direitos oriundos de legislações estaduais verificados até a data da promulgação desta lei



Admite-se a permuta entre juízes estaduais e entre juízes do mesmo ramo do Poder Judiciário Federal, ainda que vinculados a tribunais diferentes, hipótese em que os permutantes ocuparão a última posição na lista de antiguidade correspondente à entrância ou à classe do cargo provido

## TRAMITAÇÃO

# AL vota automaticidade de reajuste de subsídios

Willian Dias/ALMG



## Projeto de automaticidade foi recebido no plenário da ALMG

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) vota, neste mês de agosto, o Projeto de Lei (PL) 2.252/15, que

fixa o subsídio mensal da Justiça estadual, garantindo a automaticidade do reajuste com base no dos ministros

do Supremo Tribunal Federal. O projeto foi recebido no plenário da ALMG no dia 30 de junho, e será analisa-

do pelas comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Administração Pública. A diretoria da Amagis

acompanha toda a tramitação da proposição.

### SUPLEMENTAÇÃO

No dia 4 de julho, foi publicado no Diário Oficial de Minas Gerais decreto do governador Fernando Pimentel, regulamentado o crédito suplementar em favor do TJMG (R\$ 192 milhões), do Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado (R\$ 34 milhões) e do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais (R\$ 791 mil).

O crédito suplementar foi aprovado no plenário da Assembleia Legislativa no dia 24 de junho. No caso do TJMG, os recursos irão cobrir despesas de pessoal e encargos sociais. Já os valores destinados ao Fundo Especial do Judiciário e ao Tribunal de Justiça Militar deverão ser utilizados para cobrir despesas correntes. ●

## PROCESSO PÚBLICO

## Órgão Especial altera seleção de juiz leigo

Izabela Machado



## Desembargadores aprovaram alteração em resolução

O Órgão Especial do TJMG aprovou, no dia 22 de julho, a alteração no artigo 4º da resolução nº 729/2015, referente à seleção para juiz leigo no âmbito dos Juizados Especiais de Minas Gerais. Com a mudança, passa a ser de competência do presidente do TJMG determinar a seleção pública para a função.

O novo texto prevê ainda que o processo seletivo deve

ser realizado pelo diretor do Foro de cada comarca, que deverá encaminhar a lista de classificados ao presidente do Tribunal. Quando a seleção for estendida a mais de uma comarca, ou for do interesse público, ela poderá ser realizada pela presidência do TJ.

As sessões do Órgão Especial são transmitidas ao vivo pela Amagis, no site [amagis.com.br](http://amagis.com.br). ●



**CHIARADIA**  
turismo

**DESCONTOS ESPECIAIS NESTE INVERNO EUROPEU**



**SUPER OFERTAS**

Descontos especiais para os **Associados AMAGIS** na compra de pacotes dos **Roteiros Italianos** realizados entre **15 de Novembro de 2015 e 15 de Abril de 2016!**

**15% para os roteiros COMPRAS**  
**10% para os roteiros TURÍSTICOS**  
**12% para os roteiros COMBINADOS**

[www.chiaradiaturismo.pt](http://www.chiaradiaturismo.pt)

**CONVÊNIO AMAGIS**

## RECONHECIMENTO

# Presidente exalta valor de juízes para a Justiça Eleitoral

“Os juízes são o suporte da Justiça Eleitoral”, pontuou o novo presidente do TRE-MG, desembargador Paulo César Dias, ao comentar a importância do encontro com diretores e o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, no dia 9 de julho, na sede do Tribunal, em Belo Horizonte, quando os dirigentes reafirmaram a parceria.

Paulo César Dias assumiu a Presidência do TRE-MG no dia 16 de junho e presidirá o órgão por um ano. Neste período, o magistrado tem como meta organizar e planejar as ações para as próximas eleições municipais, em 2016, promovendo também a expansão da biometria em Minas Gerais.

A extensão da identificação biométrica por revisão eleitoral – quando todo o eleitor do local é convocado para o recadastramento – será realizada em 46 municípios mineiros. Há ainda o recadastramento ordinário, em casos em que o eleitor vai espontaneamente ao cartório eleitoral por precisar de algum serviço e, então, será recadastrado biometricamente.

**“A Justiça Eleitoral considera a ideia (voto impresso) desnecessária, pois consideramos que a urna eletrônica já é devidamente segura e, com esse novo procedimento, é possível o retorno da interferência humana no processo de apuração e totalização dos votos”**

Izabela Machado



**Diretores da Amagis prestigiam nova direção do TRE mineiro**

Apesar de ter fixado a meta de 185 mil eleitores recadastrados ainda neste ano, o magistrado não esconde a preocupação com outra proposta, a de impressão de votos na urna. “A Justiça Eleitoral considera a ideia desnecessária, pois consideramos que a urna eletrônica já é devidamente segura e, com esse novo procedimento, é possível o retorno da interferência humana no processo de apuração e totalização dos votos”, afirmou.

Nas eleições de 2014, segundo dados do TRE-MG, 462.947 eleitores, de 26 municípios mineiros, votaram pelo sistema biométrico. No primeiro semestre deste ano, 65.780 eleitores de oito comarcas fizeram o recadastramento biométrico. A expectativa do desembargador Paulo César Dias é de que, com as revisões eleitorais e o atendimento biométrico ordinário, aproximadamente 4 milhões de cidadãos possam ser identificados biometricamente.

Para além do recadastramento biométrico e a realização das eleições, o juiz eleitoral atua mesmo em anos não eleitorais, tendo sob sua responsabilidade as prestações de contas dos partidos e ações ajuizadas no período eleitoral. Há ainda procedimentos de rotinas como suspensão e

restabelecimentos dos direitos políticos dos eleitores, comunicação de filiação e desfiliação partidárias, entre outros, que fazem do trabalho do juiz essencial para a democracia.

Participaram do encontro com o presidente do TRE-MG, além de Herbert Carneiro, a vice-presidente Administrativa da Amagis, juíza Luzia Peixoto;

o vice-presidente de Saúde e juiz em substituição no TJMG, Maurício Soares; o diretor Financeiro da Associação, juiz José Martinho

Nunes Coelho; a diretora de Comunicação da Amagis, juíza Rosimere Couto; o vice-presidente de Aposentados e

**“O atendimento biométrico ordinário promete mobilizar ainda mais a Justiça Eleitoral mineira nos próximos meses, pois será implantado em vários municípios de grande porte. Com ele, mais de 4 milhões de eleitores passarão a ser atendidos biometricamente”**

Pensionistas, desembargador Tibagy Sallés; o vice-presidente do TRE-MG, desembargador Geraldo Domingos Coelho; o diretor-geral do TRE-MG, Adriano Denardi Júnior; o juiz diretor do Foro Eleitoral de BH e diretor da Escola Judiciária Eleitoral, Carlos Henrique Perpétuo Braga, e o diretor da Amagis Jurídica e juiz substituto da Corte Eleitoral, Gilson Soares Lemes. ●



Dê mais celeridade e êxito aos processos de:

Recuperação Judicial

Falência

Execução



O grupo atua em todo o Estado de Minas Gerais e em parte do Estado de São Paulo a mais de uma década como auxiliar do Poder Judiciário nas Varas Federais, Cíveis e do Trabalho, nos processos de **Recuperação Judicial, Falência e Execução**.

Contato - Fernando C. Moreira Diretor - (37)9947-7742 fernando@grupocredito.com.br



Leiloeiros especializados em leilões presenciais e On-line

Contato (37) 3242-2001 - 9862-5659

MAIS TRANSPARÊNCIA

# Participação de juízes na gestão avança no TJMG

O processo de democratização do Judiciário mineiro obteve mais um significativo avanço. No dia 29 de julho, o TJMG realizou, em Belo Horizonte, o primeiro seminário com os magistrados de 1ª instância para debater o orçamento do Tribunal. No dia 27, o encontro foi com os servidores de todas as regiões do Estado e, no dia 4 de agosto, com os desembargadores.

O presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, convidou dez magistrados de vara única e diretores de Foros de 2ª Entrância e Entrância especial para a discussão, e o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, para garantir a representação de toda a classe.

Durante o encontro, o presidente do Tribunal apresentou a proposta orçamentária do Tribunal para o ano de 2016, analisada previamente pela Comissão de Orçamento, Planejamento e Finanças do TJMG. A proposição apresentada pelo TJ observa a Lei de Responsabilidade Fiscal e a receita corrente líquida, com enfoque nas despesas com pessoal.

De acordo com o desembargador Pedro Bitencourt, o orçamento foi elaborado com base no atual cenário financeiro de Minas Gerais e do País. Os recursos do TJ são provenientes das taxas de fiscalização judiciária, taxas judiciárias, custas, remuneração de depósitos judiciais e bancários, que foram impactadas pela recessão economi-

Ascom/Amagis



Desembargadores participam do seminário com juízes no TJ



Juízes de várias comarcas do Estado participam do encontro

ca. “Esta gestão é pautada pela transparência. Quanto mais juízes tiverem ciência da nossa realidade, melhor será para a administração do Tribunal”, afirmou.

Para o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, ao adotar uma política de transparência em suas ações, o Tribunal de Justiça reforça o compromisso da atual administração com a magistratura e o Judiciário mineiro. “Os juízes de-

vem atuar como verdadeiros líderes dentro de seus respectivos fóruns, para coibir ações que tentem macular a imagem do Tribunal perante a sociedade”, afirmou.

A comissão de orçamento do Tribunal – composta pelos desembargadores Kildare Gonçalves Carvalho (segundo vice-presidente e superintendente da Ejef) Wander Marotta (terceiro vice-presidente), Antônio Sérvulo dos Santos (corregedor geral de

Justiça), Alexandre Victor de Carvalho, Áurea Brasil e Moacyr Lobato de Campos Filho – irá analisar as sugestões feitas no seminário pelos juízes para elaborar a proposta final de orçamento.

A nova versão será apreciada pelo Órgão Especial e, posteriormente, encaminhada ao Governo do Estado e, finalmente, à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, para votação da Lei Orçamentária Anual. •

“

**“Esta gestão é pautada pela transparência. Quanto mais juízes tiverem ciência da nossa realidade, melhor será para a administração do Tribunal”**

– Desembargador Pedro Bitencourt, presidente do TJMG

**“Ao adotar uma política de transparência em suas ações, o Tribunal de Justiça reforça o compromisso da atual administração com a magistratura e o Judiciário”**

– Desembargador Herbert Carneiro, presidente da Amagis

”

CAPACITAÇÃO

# Congresso minerário tem 95% de aprovação



Participantes do congresso visitaram a mina da Anglo Gold, em Nova Lima

Nem mesmo o ritmo intenso de palestras e oficinas realizadas durante os três dias do I Congresso sobre Exploração Minerária, promovido pela Amagis, de 24 a 26 de junho, foi capaz de afetar o interesse dos cerca de quatrocentos magistrados de toda a Minas Gerais que participaram do evento e já estão dispostos a comparecer a um novo congresso.

A pesquisa de satisfação, feita pela empresa Sênior Eventos, reve-

lou que, para 96% dos participantes, o congresso atendeu ou superou as expectativas. O alto índice se manteve quando foi solicitada aos congressistas uma avaliação geral do encontro. Para 95%, o evento foi considerado ótimo ou bom.

Dividida entre palestras e oficinas, para ampliar a participação e garantir maior dinâmica ao congresso, a programação foi considerada ótima ou boa por 98% dos participantes. A estrutura al-

cançou o índice de 97% de avaliação positiva.

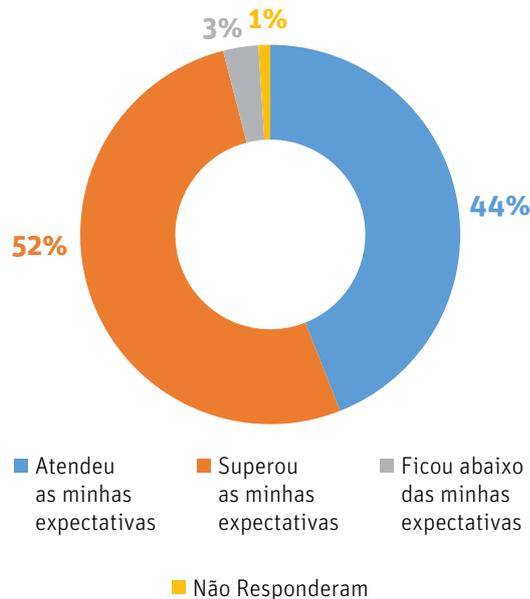
Os números reforçam a importância da iniciativa para o aperfeiçoamento do Judiciário. Tanto é que 99% dos magistrados manifestaram o interesse de participar de um próximo evento. Ciente dessa necessidade, durante reunião realizada no dia 6 de junho, a diretoria da Amagis começou a avaliar a possibilidade de realizar novos eventos. Veja a repercussão na próxima página. ●

Roberto Rocha

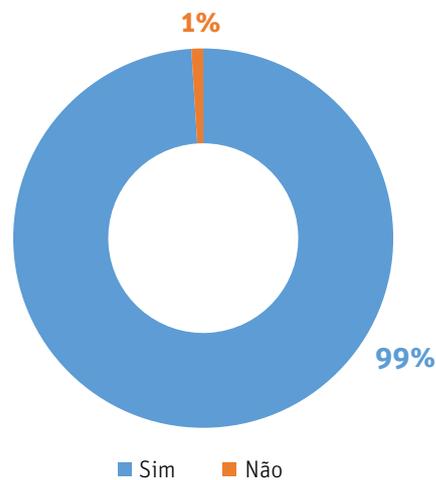


Evento foi prestigiado pelos chefes dos Três Poderes

Em relação às suas expectativas, como você avalia o congresso?

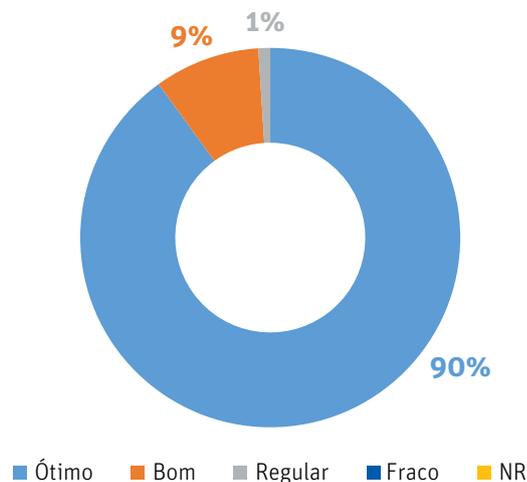


Você tem interesse em participar do próximo congresso?



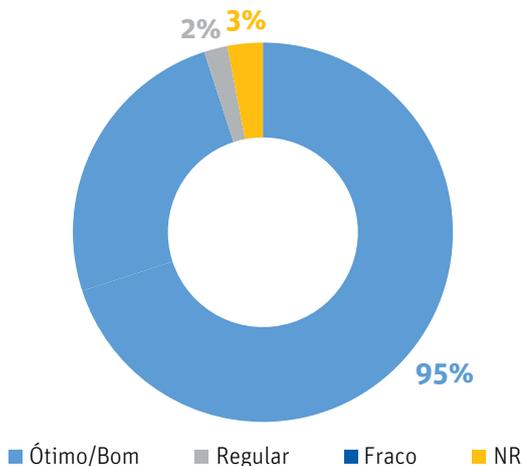
Que nota você daria para: Sendo Ótimo, Bom, Regular e Fraco

O atendimento da secretária / recepção



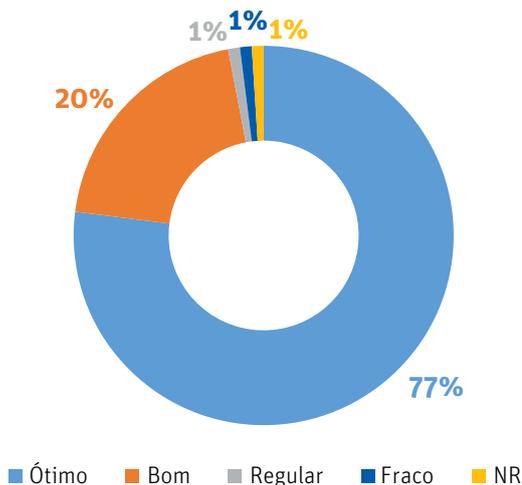
### Que nota você daria para: Sendo Ótimo/Bom, Regular e Fraco

O congresso de forma geral?



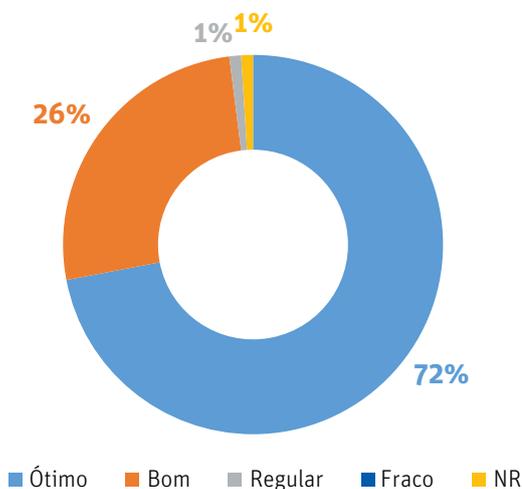
### Que nota você daria para: Sendo Ótimo, Bom, Regular e Fraco

A infraestrutura do evento?



### Que nota você daria para: Sendo Ótimo, Bom, Regular e Fraco

A programação geral do evento?



“Considero brilhante a iniciativa da Amagis para a realização do I Congresso de Exploração Minerária, pois, apesar de ser uma atividade degradadora do meio ambiente, não se admite a sobrevivência humana sem a utilização dos bens minerais”

**– Juíza Maria das Graças Rocha Santos, da Comarca de Uberlândia**



“De especial oportunidade a discussão da questão minerária, suscitando ideias e soluções realistas para a formatação de um marco regulatório adequado à viabilidade econômica da atividade bem como à efetiva solução jurídica dos conflitos pertinentes. Parabéns à Amagis pela feliz iniciativa”

**– Juiz Vinícius Dias Paes Ristori, da Comarca de Manhuaçu**



com substancial conteúdo demonstraram o acerto na escolha dos convidados. Evidenciou-se uma grande capacidade de interlocução dos presidentes do TJMG e da Amagis com os demais poderes estaduais, o que, certamente, conduzirá ao enfrentamento adequado do problema minerário, seja do ponto de vista tributário como social. Parabéns!”

**– Juiz Anacleto Falci, da Comarca de Governador Valadares**



“Achei extremamente interessante e útil o I Congresso Minerário da Amagis, cujos ilustres palestrantes e oficinas nos deram uma visão bem detalhada das complexidades tanto minerárias e mercadológicas como jurídicas desta atividade tão importante em nosso Estado de Minas Gerais. A mim, particularmente, me empolgou muito o tema sobre direitos do superficiário”

**– Frederico E.S.Araújo, juiz aposentado**



“Sou a favor do debate de temas que fogem à rotina diária e demonstram relevância jurídica e social. O Direito Minerário se

insere numa dessas importantes especialidades. Daí a importância do congresso realizado pela Amagis. A aprendizagem nasce não apenas das palestras, mas é fruto também dos debates paralelos e das trocas de experiências que se desenvolvem entre os participantes”.

**– Jorge Franklin, juiz Aposentado**



“A iniciativa pioneira da Amagis em promover um debate de tão elevado nível sobre um tema por demais palpitante nos dias atuais, e, sobretudo pela sua importância para o nosso Estado, contribuiu imensamente para a entrega da prestação jurisdicional, de modo a buscar o aperfeiçoamento constante da grandiosa Magistratura Mineira”.

**– Desembargador José do Carmo Veiga de Oliveira**



“O Congresso Minerário abordou um tema inovador, esclarecendo os magistrados sobre a matéria, com palestrantes de alto nível. A expectativa é de que novos congressos como esse sejam realizados”.

**– Juíza Rosimere das Graças Couto, da Comarca de Belo Horizonte**

HISTÓRIA DO ASSOCIATIVISMO

# Memorial recebe atualização nos 60 anos

**2007** ▶  
18 de maio Início de um processo de modernização, a partir da criação da Associação dos Magistrados Mineiros.18 de junho Em parceria com a AMAGIS e outras entidades de classe (advogados e promotores públicos), a AMAGIS inicia o projeto "Tudo por uma melhor justiça".  
01 de setembro Inicia-se a primeira reunião mensal da AMAGIS, com o tema "Tudo por uma melhor justiça".

**2009/10** ▶  
20 de março 20º Encontro de História, Coordenadores e Assessores da Associação dos Magistrados Mineiros.  
28 de março Lançamento do Memorial Amagis Mineiro.  
14 de setembro Inauguração do Memorial Amagis Mineiro.  
14 de outubro AMAGIS recebe o Anuário Brasileiro com a realização de diversos debates.  
06 de outubro de 2010 Concluído o plano de trabalho o primeiro andar do sede da AMAGIS.  
14 de agosto de 2008 Sancionada a Lei 1201/2008 - Lei de Organização do Poder Judiciário, que estabelece o novo LOJD. Foi feita a reunião de trabalho da AMAGIS, em 14 de agosto de 2007, para discutir o novo LOJD.

**2011** ▶  
18 de agosto Lançado o programa "Amor à Vida", de promoção à saúde e qualidade de vida.  
30 de julho AMAGIS recebe pela primeira vez homenagens aos aposentados.

**2013** ▶  
15 de abril A União Nacional das Instituições de Apoio ao Poder Judiciário (União Nacional de Apoio ao Poder Judiciário) realiza o 1º Encontro Nacional de Apoio ao Poder Judiciário em Belo Horizonte, com a presença de cerca de 500 magistrados.  
06 de junho AMAGIS recebe o Anuário Brasileiro com o tema "Tudo por uma melhor justiça".

**2014** ▶  
14 de fevereiro Realizada assembleia geral extraordinária da Amagis, tendo como pauta a presença de cerca de 500 magistrados.  
17 de março Aprovado pelo Pleno do Tribunal de Justiça de Minas Gerais a criação da AMAGIS em todos os desembargadores.  
21 de março AMAGIS promove seminário para debater "O Papel do Judiciário no combate à violência contra as mulheres".  
28 de maio Fórum e Comissão para Estudos da Lei de Execução Penal, que objetiva analisar e elaborar proposta para mudança da lei que rege o sistema prisional.  
11 de junho Aprovado o projeto de nova Lei de Organização do Poder Judiciário (LOJD).  
30 de junho Visita ao Ministério do STF Carmen Lúcia à sede da AMAGIS.  
23 de julho AMAGIS realiza assembleia com direito a voto, mas sem direito a voto, nas sessões administrativas do Poder Judiciário de Minas.  
25 de julho AMAGIS realiza o 12º Encontro de História dos Magistrados de Minas.  
25 de setembro Evento de lançamento da 12ª edição do Anuário Brasileiro de Apoio ao Poder Judiciário.

**2015** ▶  
Amagis promove evento durante todo o ano para seus 60 anos.  
28 de janeiro Assembleia para o 12º aniversário da AMAGIS, com trabalhos temáticos da Associação.  
2 de fevereiro Patrocinada pela AMAGIS, a 1ª edição do evento Livro de Justiça em Minas.  
09 de fevereiro AMAGIS participa do evento Livro de Justiça em Minas.  
24 e 25 de junho Com a presença de 60 Anos, Amagis realiza Congresso Mineiro.

Atualização do memorial inclui fatos históricos ocorridos a partir de 2009

Depois de meses de pesquisa, a atualização do Memorial da Amagis deverá ser concluída em agosto. O trabalho foi desenvolvido pelo Escritório de História, em parceria com a Assessoria de Comunicação da Associação, e tem como objetivo resgatar e preservar a história e tradição da Amagis e do associativismo mineiro.

Nesses 60 anos, a magistratura mineira consolidou a Amagis com iniciativas como a criação do Amagis Saúde, inauguração da sede própria, das colônias de férias e do Centro de Apoio ao Magistrado em Trânsito (CAMT), a instalação de seccionais no interior de Minas Gerais e protagonizou episódios como o da assembleia e paralisação de 48 horas das suas atividades no dia 5 de setembro de 1988.

Nos últimos três anos, essa trajetória de luta e valorização da magistratura manteve-se. O CAMT foi ampliado, a integração entre os juízes de todo o Estado foi intensificada, novas conquiristas foram obtidas na Lei de Organização e Divisão Judiciárias, a Amagis passou a participar das sessões do Órgão Especial e a democracia no Judiciário mineiro deu um passo importante com a ampliação da elegibilidade a todos os desembargadores para os cargos diretivos do Tribunal. Esses são alguns fatos que marcam a história da classe e que serão registrados no memorial.

O Memorial da Amagis está instalado na sede da Associação, na rua Albita, 194, bairro Cruzeiro (no térreo), e pode ser visitado de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h. ●

RECEITAS AJUZADAS

## Envie sua sugestão até dia 31 de agosto

Shutterstock



Publicação trará receitas saudáveis e práticas

Magistrados, pensionistas e seus familiares têm até o dia 31 deste mês para enviar sugestões de pratos saudáveis e de fácil preparo para a segunda edição do livro "Receita Ajuizadas". A publicação faz parte das comemorações dos 60 anos da Amagis e terá o prefácio escrito por Dona Lucinha, referência nacional em culinária mineira.

As receitas devem ser enviadas para o e-mail imprensa@amagis.com.br, com o nome e telefone do autor, ou entregue na sede da Amagis (Rua Albita, 194, Belo Horizonte), na Assessoria da Comunicação.

As sugestões serão encaminhadas à comissão responsável pela seleção dos pratos que integrarão o livro.

A renda obtida com a venda dos livros será revertida ao Nutris. Criada há 30 anos, a instituição é mantida com apoio da magistratura e atende aproximadamente a 200 crianças e adolescentes de famílias de baixa renda. A contribuição pode ser feita diretamente ao Nutris ou, no caso de magistrados e pensionistas, com desconto em folha. Para mais informações ligue para (31) 3485-6035, no Nutris, ou para (31) 3079-3471. ●

# Dia do Direito, do Magistrado e do Advogado

Nada mais justo que comemorar.

**Dictum**  
instituto de gestão e perícia

Administração judicial e extrajudicial de empresas

Rua Raimundo Correa, 52 - Sala 02 - São Pedro - Tel: (31) 3282-5374  
CEP 30330-090 - Belo Horizonte - MG | www.dictuminstituto.com.br

## ASSOCIATIVISMO MINEIRO

# Data histórica será celebrada com homenagem a aposentados

Tiago Parrela

Em outubro, magistrados de toda Minas Gerais se encontrarão em Belo Horizonte para celebrar os 60 anos da Amagis e prestar sua homenagem aos juízes e desembargadores que se aposentaram em 2013. A cerimônia ganha caráter especial tanto pelo reconhecimento aos decanos, como pela união de gerações e pela integração da magistratura mineira.

No dia 21 de outubro de 1955, a Amagis foi reconhecida em cartório. Anos depois, o associativismo mineiro se fortaleceu com a integração à Amagis, em 1972, da Associação Regional de Magistrados (Armam) e da Associação Estadual dos Magistrados Mineiros (Assemag), fundadas em 1970, respectivamente por magistrados de Juiz de Fora e de Belo Horizonte.

Com a união entre capital e o interior, a Associação ampliou sua representatividade e hoje conta com 27 seccionais estruturadas em todas as regiões do Estado. Ao longo das



**Comemoração teve início em março, com homenagem às mulheres**

décadas, gerações de magistrados passaram pela Amagis e contribuíram direta e indiretamente para criação do plano de saúde, construção da sede, das colônias de férias, do Parque Esportivo e do Centro de Apoio ao Magistrado em Trânsito.

No campo institucional, a Associação procurou aliar tradição e novas ideias para garantir as prerrogativas

e independência da classe, bem como para obter conquistas para a valorização da magistratura e do Judiciário mineiro.

## 60 ANOS

A celebração dos 60 anos da Amagis começou no dia 13 de março, em noite de comemoração do Dia Internacional da Mulher (8 de março), como um reconhecimento da di-

retoria da Associação à participação das magistradas mineiras no dia a dia do associativismo.

Reconstituindo a trajetória da Amagis, a comissão designada para coordenar as atividades promoveu, no dia 23 de abril, na Comarca de Juiz de Fora (Zona da Mata), uma série de eventos que combinou estudos jurídicos, lançamento das

revistas Amagis Jurídica e MagisCultura Mineira, e apresentações culturais.

Em maio, a data foi lembrada na Comarca de Alfenas (Sul de Minas), e em junho na Comarca de Montes Claros (Norte de Minas). Em todo interior, a Amagis teve como parceira a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, conciliando a capacitação dos magistrados com as confraternizações. A próxima comarca a celebrar os 60 anos será Governador Valadares.

A formação continuada de juízes e desembargadores recebeu destaque especial com a realização do I Congresso sobre Exploração Minerária da Amagis realizado em Belo Horizonte, junho. O encontro teve aprovação de 96% dos participantes.

Em outubro, a comemoração dos 60 anos será no dia 9, no Buffet Catharina, em Belo Horizonte. Mais informações sobre o evento serão divulgadas no site [amagis.com.br](http://amagis.com.br) e no jornal DECISÃO. ●

**CIVIC 2016**  
SEU DIREITO  
DE IR E VIR,  
COM MUITO  
MAIS ELEGÂNCIA.



**CORTESIA: \***  
PROTECTOR DE CARTER  
JOGO DE TAPETES  
INSULFILM

Home \*\*  
and Office  
Delivery

**DESCONTO  
DE 6,5%  
PARA OS  
MAGISTRADOS**



Rede de Concessionárias Auto Japan. Mais Honda. Mais Você.

**RAJA**  
Raja, 2760 - 3298-2900

**BANDEIRANTES**  
Bandeirantes, 140 - 3069-0050

**PAMPULHA**  
Catalão, 750 - 3469-5900

**CIDADE NOVA**  
Cristiano Machado, 2510 - 3429-3333

**SEMINOVOS BARÃO**  
Barão, 2761 - 3313-4611

[autojapan.com.br](http://autojapan.com.br)



**HONDA**

**AUTO JAPAN**



\*Protetor de cárter, insulfilm e jogo de tapetes como cortesia na compra do modelo Honda CIVIC 2016, para filiados Amagis. \*\* Test drive em casa ou escritório para os modelos Civic, City e Fit de acordo com a disponibilidade nas unidades Auto Japan. O test drive é válido de segunda a sexta-feira mediante agendamento prévio. \*\*\*Desconto de 6,5% do valor à vista PPS para o modelo Civic 2016, para filiados Amagis. Consulte condições. Condições válidas de 01/08/2015 a 31/08/2015. Promoção não cumulativa com outras. Imagem meramente ilustrativa.

Todos juntos fazem um trânsito melhor.

## DIREITOS HUMANOS

# Audiência de custódia cumpre acordos internacionais

Renata Caldeira/TJMG

**Primeira audiência de custódia de Minas foi realizada no TJMG**

Georgia Baçvaroff

**Magistrados e Fernando Pimentel conversam com Lewandowski**

“Temos uma população de 600 mil presos, dos quais 240 mil são provisórios”. O alerta é do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, após a primeira audiência de custódia realizada em Minas Gerais, no dia 17 de julho, no TJMG.

O Brasil está entre os quatro países do mundo com o maior número de pessoas encarceradas, na maioria das vezes em condições precárias. De acordo com o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias, quatro entre cada dez presos no País estão aguardando julgamento.

Segundo o ministro, a audiência de custódia, que ajuda a reduzir a quantidade de prisões desnecessárias, é um passo decisivo para o cumprimento de tratados internacionais como o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e a Convenção Interamericana de Direitos Humanos.

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em São Paulo, onde o modelo foi instalado no dia 24 de fevereiro, foram realizadas 4.661 audiências, das quais 42,59% resultaram em solturas. No Espírito Santo, onde a prática foi adotada no dia 22 de maio, das 929 audiências, o índice foi de 50,81% de solturas.

A primeira audiência realizada em Belo

Horizonte foi conduzida pela juíza Maria Luísa Rangel Andrade Pires, coordenadora da Central de Recepção de Flagrante. Na ocasião, o presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, reconheceu que, muitas vezes, a pessoa é presa preventivamente e permanece assim durante o processo, sendo,

em várias situações, condenada ao regime aberto. “O próprio Estado, portanto, reconhece no final que a pessoa não precisaria ficar presa”, concluiu.

O presidente do STF criticou ainda a “cultura” do aprisionamento no Brasil. “Ouvir os anseios da população pelas punições mais rigorosas

não é a melhor solução, pois isso significaria simplesmente entregar um jovem de 20 anos às cadeias para sofrer violências de natureza diversa e, até, tornar-se um integrante de organizações criminosas”, afirmou.

Depois da audiência, o ministro foi homenageado com o Colar do Mérito do Ju-

diciário. Na ocasião, foi assinado o termo de adesão e cooperação técnica entre o CNJ, Ministério da Justiça e o Instituto de Defesa do Direito de Defesa. O desembargador Carlos Augusto de Barrados Leve-nhagen foi o orador oficial da solenidade realizada em sessão especial do Tribunal Pleno do TJMG. ●



## CONHEÇA ALGUNS DOS RESULTADOS POSSÍVEIS DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

- ✓ Concessão da liberdade provisória, com ou sem fiança (art. 310, III, do Código de Processo Penal);
- ✓ Substituição da prisão em flagrante em prisão preventiva (art. 310, II, parte inicial);
- ✓ Relaxamento de eventual prisão ilegal (art. 310, I, do Código de Processo Penal);
- ✓ Análise de consideração do cabimento da mediação penal, evitando-se a judicialização do conflito, corroborando para a instituição de práticas restaurativas;
- ✓ Outros encaminhamentos de natureza assistencial.

Fonte: CNJ

SISTEMA PRISIONAL

# Em parceria com a Amagis, Enfam cria curso da LEP

Georgia Baçvaroff

Durante seis meses, a Comissão da Amagis para Estudos da Lei de Execução Penal (LEP) avaliou o anteprojeto em trâmite no Senado Federal (PLS nº 513), que altera a Lei de Execução Penal (LEP), observando, a partir da realidade do sistema prisional brasileiro, os aspectos práticos da atividade do juiz nas Varas de Execução Penal. Ao final das pesquisas, o grupo elaborou uma proposta de substitutivo à nova legislação.

Agora, o resultado desse trabalho será debatido nacionalmente, com aprovação pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) do curso “Anteprojeto de Lei de Execução Penal e suas Influências na Atividade Judicante”, que será realizado em parceria com a Amagis, alcançando assim mais um objetivo da comissão, que, durante todo o período de elaboração do documento, procurou levar o debate à sociedade publicando artigos em jornais e revistas de abrangência estadual, nacional.

De acordo com o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, a Associação, valendo-se da experiência dos magistrados, busca contribuir para o enfrentamento de uma realidade que faz, segundo ele, das prisões brasileiras uma



Comissão da LEP reunida na Amagis, com o presidente Herbert Carneiro

confissão pública de violação dos direitos humanos.

O juiz Thiago Colnago Cabral, coordenador da Comissão de Estudos da LEP, acredita que o curso vai contribuir para a formação continuada dos magistrados, por alcançar uma mudança legislativa de substanciais e graves repercussões no sistema prisional. As datas de início das inscrições e de realização do curso ainda serão definidas.

A comissão é integrada ainda pelos juízes Eduardo Ferreira Costa, Ana Régia Santos Chagas, Ériton José Sant’Ana Magalhães, Evandro Cangussu Melo, Lourenço Migliorini Fonseca Ribeiro e Miriam Vaz Chagas. ●

## CONHEÇA ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DA COMISSÃO DA AMAGIS SOBRE O PLS Nº 513



Existe a previsão da remição por trabalho, computado por horas, e não por dias, permitindo a distribuição de tarefas que não ocupam a jornada de trabalho dos presos ociosos.



O anteprojeto admite o cumprimento de pena em cadeias públicas, em nítido prejuízo à ressocialização, quando o sentenciado primário receber pena de até oito anos.



Prevê a inclusão das Apacs no rol dos estabelecimentos destinados ao cumprimento de penas, fomentando sua disseminação pelo País.



Não há no anteprojeto um posicionamento explícito quanto a iniciativas como o estabelecimento de Associações de Proteção e Assistência aos Condenados e parcerias público-privadas.



Propõe a adoção do rito do agravo de instrumento para o processamento do agravo em execução, o que emprestaria maior agilidade ao processo.



O anteprojeto é omissivo em relação aos procedimentos de revista de visitantes e ao encarceramento de gay, lésbicas e transexuais.

Fonte: Revista Consulex. Artigo publicado em janeiro de 2015, pelo juiz Thiago Colnago Cabral.

## DIÁLOGO

# Desembargador investirá na consolidação da Ouvidoria

**Comprometido com a intensificação da interlocução do Judiciário com a sociedade, o desembargador Moacyr Lobato tomou posse, no dia 31 de julho, no cargo de Ouvidor do TJMG. O magistrado pretende dar continuidade ao trabalho dos desembargadores que o antecederam para consolidar o órgão, certo de que a Ouvidoria deve ser expandida, contribuir com a gestão do Tribunal e preservar sua autonomia.**

**De que forma, a Ouvidoria pode contribuir com o aperfeiçoamento do Judiciário?**

A Ouvidoria tem caráter informativo, educativo, propositivo e de orientação social. A aproximação da sociedade com o Judiciário coincide, exatamente, com a razão maior de criação da própria Ouvidoria, porquanto será ela o canal de interlocução entre ambos. Em síntese: a Ouvidoria recebe as críticas, sugestões, reclamações e elogios encaminhados pelo cidadão e canaliza as demandas aos órgãos competentes, priorizando a agilidade na resposta ao demandante.

**Qual o grau de autonomia da Ouvidoria em relação à direção do TJMG?**

A Ouvidoria se sustenta em dois pilares bem definidos e que devem nortear a atuação do próprio ouvidor. Um deles seria a indepen-

dência da Ouvidoria em relação à alta direção do Tribunal, de modo que sua atuação seja sempre ativa e não submetida a quaisquer circunstâncias limitadoras do pleno exercício de sua atividade. O outro pilar reside na lealdade do órgão e de seu titular, em face do mesmo Tribunal, especialmente de sua direção. Lealdade que não há de ser confundida com o compadrio, mas que se revela bem definida em seu aspecto institucional.

O ouvidor, penso, não deve, em qualquer circunstância, expor a instituição nos aspectos em que a mesma se mostra com performance insatisfatória; ao contrário, deve a atividade da Ouvidoria exprimir, com clareza, os anseios e as angústias do cidadão, de modo a auxiliar no implemento das correções necessárias, propiciando o aperfeiçoamento das práticas e rotinas do Tribunal que impactam no dia a dia da sociedade.

**Levando em consideração a dimensão da Justiça mineira, o senhor acredita que é preciso expandir a atuação da Ouvidoria?**

Antes de expandir, é preciso consolidar a Ouvidoria em todos os seus aspectos. Esta-

mos tratando de prática nova, estabelecida recentemente no País e criada no âmbito do Tribunal há pouco mais de três anos. Não há dúvida de que seu crescimento é desejado. Estruturá-la, de modo satisfatório, é a tarefa que se impõe no momento, ressaltando o esforço pessoal despendido pelos primeiros ouvidores, no sentido da efetiva implantação da Ouvidoria.

**A partir da interlocução com a sociedade, a Ouvidoria pode ser um instrumento para contribuir com a gestão do Tribunal?**

Em seu aspecto mais moderno, a Ouvidoria deve atuar e ser vista, efetivamente, como instrumento de gestão na medida em que recebe, classifica e encaminha as demandas, de tal modo que o conjunto delas deve permitir, ao ouvidor, discussão interna sobre medidas cuja finalidade esteja amplamente identificada com o aprimoramento dos serviços prestados à população, de modo integrado com todas as áreas do Tribunal que tenham vinculação com a matéria.

**Como o órgão pode contribuir com a Corte Superior, o Conselho da Magistratura e**

Ascom/TJMG



**Desembargador Moacyr Lobato**

**Corregedoria-Geral de Justiça?**

A contribuição da Ouvidoria deve dar-se com rigorosa observação dos limites de sua atuação. As matérias de competência do Órgão Especial, do Conselho da Magistratura e da Corregedoria Geral de Justiça são fixadas na legislação própria e no Regimento Interno do TJ. Não pode a Ouvidoria imiscuir-se em área estranha à sua competência, mas bem pode colaborar com o Órgão Especial, com o Conselho e com a própria Corregedoria, encaminhando as aflições do cidadão que tenham pertinência com o âmbito de com-

petência de quaisquer deles.

**Quais as expectativas e desafios o senhor tem à frente da Ouvidoria do Tribunal?**

Naturalmente, os desafios são muitos. Consolidar a Ouvidoria, expandindo sua vocação de interlocução com a sociedade consiste, sem dúvida, o maior deles. Há um enorme desejo de bem servir ao Poder Judiciário do meu Estado, traduzido na expectativa de contribuir para que o Tribunal de

Justiça seja, cada vez mais, destinatário da confiança e do respeito de toda a população de Minas Gerais. ●

**“Não pode a Ouvidoria imiscuir-se em área estranha à sua competência, mas bem pode colaborar com o Órgão Especial, com o Conselho e com a própria Corregedoria”**

LAZER E DESCANSO

# Férias nas colônias começam com as inscrições e sorteios

Antonio Fernandes



Parque Nacional das Águas é uma das atrações de Caxambu

Litoral paulista, baiano ou fluminense? Águas termais ou instâncias hidrominerais? Dezembro ou janeiro? Os magistrados que ainda estiverem em dúvida têm até o dia 14 deste mês para fazer a inscrição para o sorteio de vagas e curtir as férias de fim de ano nas colônias da Amagis.

Ao todo, são cinco unidades – Caxambu (Sul de Minas), Ubatuba (SP), Cabo Frio (RJ), Nova Viçosa (BA) e Caldas Nova (GO) – onde os associados podem usufruir não só de praias e instâncias hidrominerais, mas conhecer parques ecológicos e um pouco da história do Brasil.

As Colônias de Férias da Amagis estão localizadas em diferentes regiões do País para facilitar o acesso de toda a magistratu-

ra. Caldas Novas, por exemplo, pode ser uma boa opção para os associados das Comarcas do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Já Nova Viçosa é uma alternativa para os juizes das Comarcas do Norte e Noroeste do Estado. E Cabo Frio é sempre uma alternativa para os magistrados da Zona da Mata e dos Campos das Vertentes. O Sul de Minas, onde está a colônia de Caxambu, tem acesso rápido para Ubatuba.

O sorteio das vagas será realizado no dia 20 de agosto, na sala da Amagis no Fórum Lafayette, em Belo Horizonte. As inscrições podem ser feitas pelo e-mail [cacia@amagis.com.br](mailto:cacia@amagis.com.br) ou pelo fax (31) 3079-3458. Mais informações podem ser obtidas com Cácia Guedes pelo telefone (31) 3079-3459. ●

## O PRESENTE DO SEU PAI É VOCÊ!

34  
ANOS

*A nossa homenagem*

Guarda-móveis  
**Gegê**  
MUDANÇAS

(31) 3332.3800 - 3332.4280  
[www.gagemudancas.com.br](http://www.gagemudancas.com.br)

## RESSOCIALIZAÇÃO

# Universidade forma cidadãos na Apac de Nova Lima

BRUNO GONTIJO  
GEÓRGIA BAÇVAROFF  
IZABELA MACHADO

Fotos: Tiago Parrella

A expectativa é grande para o início das aulas na unidade da Universidade Aberta Integrada (Uaitec), inaugurada no dia 30 de junho dentro da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) de Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A previsão é que, a partir de meado de agosto, recuperandos e seus familiares, funcionários e voluntários da Apac, do Fórum de Nova Lima, do Ministério Público e do presídio da cidade possam frequentar mais de 90 opções de cursos técnicos, tecnológicos, de graduação, pós-graduação e MBA, todos a distância e totalmente gratuitos.

A Uaitec, primeira universidade instalada dentro de uma unidade prisional de Minas Gerais, é fruto de um convênio firmado com a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado, que doou os equipamentos. A iniciativa está inserida no Programa Novos Rumos, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), voltado à reinserção social de detentos e egressos do sistema carcerário.

O objetivo é que os cursos oferecidos pela Uaitec sejam um instrumento facilitador para a capacitação profissional e a ressocialização dos recuperandos, que, ao término do cumprimento de suas penas, serão encaminhados para o mercado de trabalho. Para reforçar o conteúdo oferecido aos alunos, a uni-



**Parceria entre o TJMG e o Governo de Minas garantiu a criação da Uaitec na Apac**

versidade negocia parcerias com instituições de ensino mundialmente reconhecidas como USP, Harvard, Massachusetts, Yale e Stanford.

“Nossa expectativa é muito positiva. Os recuperandos vão poder usufruir da estrutura para adquirir conhecimento em diversas áreas e ainda trazer seus familiares para estudar, pois muitos não tiveram a oportunidade de ingressar em uma faculdade”, afirma a gerente administrativa da Apac de Nova Lima, Beatriz Oliveira.

Segundo ela, as famílias têm papel fundamental na recuperação e reinserção social dos detentos, pois são elas que dão o suporte e a segurança de que eles tanto precisam para conseguir mudanças efetivas de comportamento e pensamento. “São essas mudanças que possibilitam à comunidade aceitar esses recuperandos como cidadãos comuns, fazendo uma reinserção social verdadeira. E a educação é o único

caminho para alcançar uma sociedade justa e igualitária”, acrescenta Beatriz.

Em menos de quatro meses, o prédio de 170m<sup>2</sup> da Uaitec foi construído por 13 presos, que receberam remissão pelos dias trabalhados (a cada três dias de trabalho, subtrai-se um dia da pena). Os detentos contaram com a ajuda de engenheiros voluntários. As obras custaram cerca de R\$ 60 mil, doados por empresários da região.

O espaço vai abrigar dois auditórios de arena, uma sala de educação a distância e outras instalações administrativas. E antes mesmo da inauguração, a iniciativa já surtiu efeito entre os recuperandos. “Eles já começaram a se profissionalizar durante a construção, como servente de pedreiro e mestre de obras, o que lhes permitiu iniciar o aprendizado de um ofício na prática do dia a dia”, ressalta Beatriz Oliveira.

## MUDANÇA DE VIDA

José Antônio Júnior Silva está na Apac de Nova Lima há três anos e foi um dos recuperandos que ajudou na construção da Uaitec. Cursando o 3º período de Administração de Empresas, na modalidade a distância, Júnior, como é tratado na Apac, foi o gestor das obras e administrou os gastos e a receita. Nascido em Belo Horizonte, ele tem uma filha de 9 anos e uma grande admiração pela sua mãe, segundo ele, sua amiga, conselheira e psicóloga. “Sem minha mãe, eu não estaria onde estou agora, mudando e melhorando a minha vida”, conta Júnior.

Além da família, que, para o recuperando, é a base e a força para conseguir mudar, Júnior vê na educação o caminho para o sucesso. “Família e estudo são as coisas mais importantes, além da vontade de mudar”, diz o recuperando.

Na Uaitec, ele pretende fazer o curso de gestão de pessoas e não

pensa em parar por aí. No ano que vem, planeja buscar uma bolsa na faculdade de Direito. O recuperando garante que tudo o que ainda vai aprender pretende utilizar na Apac e contribuir com a ressocialização dos outros apenados. “A Apac é a minha casa. Aqui fica tudo o que é meu. Não quero nunca perder esse laço”, diz ele.

Para o recuperando Leonardo Radamés, a construção da universidade é mais um estímulo dado pela Associação. Segundo Radamés, dentro da Apac, só não se recupera quem não quer. Ele explica que, quando chegou à instituição, há cinco meses, já começou a ajudar na construção do prédio. Como ele já tinha experiência como pedreiro, contribuiu com o trabalho braçal e sente muito orgulho do que fez. “Aqui não nos falta nada. A gente entra, desaprende o que é o crime e aprende o que é a confiança, a ressocialização”, diz. Atualmente, Leonardo cursa o ensino

médio e também quer fazer uma graduação na Uaitec.

Segundo Márico Rosa Pontes, subsecretário de Ensino Superior da Secretaria de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, o Governo de Minas atualmente há a execução do projeto da Uaitec dentro de cinco unidades prisionais do Estado. Além de Nova Lima, as duas unidades do presídios de São Joaquim de Bicas e o presídio Antônio Dutra Ladeira, em Ribeirão das Neves, e Ceresp da Gameleira, em Belo Horizonte, também receberão a Uaitec.

“O objetivo das atividades da Uaitec é estimular a capacitação técnica e educacional no ambiente carcerário com vistas à profissionalização e posterior ressocialização dos recuperandos, contribuindo para a ampliação da política pública de geração de renda no ambiente prisional” afirmou Pontes.

### MUDANÇA NO SISTEMA PRISIONAL

O Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo, segundo dados divulgados pelo Ministério da Justiça. Em números absolutos, o País alcançou a marca de 607.700 presos, atrás apenas da Rússia (673.800), China (1,6 milhão) e Estados Unidos (2,2 milhões). Segundo o ministério, se a taxa de prisões continuar no mesmo ritmo, um em cada 10 brasileiros estará atrás das grades em 2075.

Grande incentivador dos trabalhos realizados pela Apac, o juiz da Vara Criminal e da Infância e Juventude de Nova Lima, Juarez Moraes de Azevedo, vê na Uaitec um poderoso instrumento de modificação do sistema penitenciário brasileiro. “Só a educação pode mudar o homem.

E a Apac contribui para isso. A sociedade também deve participar da recuperação desse ser humano, pois ele saiu dessa mesma sociedade e a ela voltará ao término da pena”, diz Azevedo.

No sistema prisional comum, cada preso custa aos cofres do Estado cerca de R\$ 3 mil por mês. Na Apac, este valor cai para R\$ 780. Para reduzir ainda mais esses gastos, o juiz Juarez Azevedo defende a autossuficiência das associações.

A Apac de Nova Lima, por exemplo, possui uma padaria que fornece nove mil pães por dia para a rede municipal de ensino. Além disso, uma horta abastece a casa e fornece produtos para restaurantes. A unidade conta também com uma fábrica de móveis rústicos, um herbário em construção que fornecerá ervas finas e chás medicinais para uma rede de farmácias de produtos naturais, uma fábrica de hóstias em fase final de implantação e uma confecção de bolsas, sacolas e carteiras de banners reaproveitados, em parceria com a Paróquia Nossa Senhora Rainha. “Toda a despesa que não é suprida pelo convênio com o Estado é bancada com os recursos gerados nessas oficinas, totalmente geridas pelos recuperandos com o auxílio de voluntários, o que torna viável a autossuficiência”, explica o juiz Juarez Azevedo.

A Apac é uma entidade sem fins lucrativos, que opera como parceira do Poder Judiciário e do Executivo na execução penal e na administração das penas privativas de liberdade. O modelo desenvolvido tem trazido resultados importantes para a redução da reincidência criminal, cujo índice é inferior a 10% nas unidades prisionais que o adotam. ●



Uaitec é a primeira Universidade em unidade prisional



Laboratório de informática da Universidade



Sala equipada com recursos audiovisuais

PROJETO DE LEI

# Magistrado critica redução da maioria penal

**C**oordenador geral da Coordenadoria da Infância e Juventude (Coinj) do TJMG, o desembargador Wagner Wilson Ferreira vê com tristeza a possibilidade de aprovação, pelo Congresso Nacional, da proposta de redução da maioria penal. Incentivador das políticas públicas voltadas à juventude, o magistrado defende a educação como um dos principais caminhos para afastar os jovens da criminalidade.

**O que o senhor acha da argumentação de que as penas aplicadas aos adolescentes no Brasil são brandas demais?**

As sanções aplicadas aos menores de 18 anos de idade que praticam os crimes ou contravenções penais, denominados atos infracionais, não possuem

natureza de pena e, sim, de medida socioeducativa. Dependendo da gravidade do ato infracional, pode-se aplicar a medida socioeducativa ou internação em estabelecimento

apropriado, que pode durar até 3 anos. Como se tratam de processos educativos para inclusão social, não acho que estejam desproporcionais a seus objetivos.

**A que o senhor atribui o fato de boa parte da sociedade brasileira defender a redução da maioria?**

As notícias veiculadas cotidianamente pela imprensa levam a população a acreditar que o número de crimes ou atos infracionais cometidos por menores de 18 anos é grande e que, na maioria das vezes, eles ficam impunes. No entanto, segundo o Unicef, 22 crianças e adolescentes são mortos diariamente no Brasil, vítimas de violência. O desamparo de jovens, no acesso às políticas públicas e programas sociais, não é divulgado pela imprensa, e o número de adolescentes infratores representa menos de 1% do total da população nesta faixa etária.

**Por que diminuir a maioria penal não é a solução para o**

**problema da criminalidade praticada por adolescentes?**

Nos nove países mais seguros do mundo (Finlândia, Suécia, Áustria, Austrália, Dinamarca, Noruega, Islândia, Irlanda e Nova Zelândia), a maioria penal é de 18 anos. Isso quer dizer que o problema da criminalidade entre os brasileiros não tem nada a ver com maioria penal. O

problema é a falta de educação ou a péssima qualidade da educação pública no Brasil. Não se transforma a sociedade por meio de leis. Precisamos unir o poder público e a comunidade para construirmos políticas que afastem a juventude da violência. Entre essas políticas, está o investimento na educação voltada para a paz, esclarecendo ao jovem os caminhos da vida, empolgando-os no projeto de construção de uma sociedade justa e solidária.

**A privação da liberdade é empregada de forma banalizada no Brasil?**

As medidas socioeducativas aplicadas pela autoridade judiciária ao adolescente infrator possuem aspecto sancionatório e coercitivo, apesar do seu caráter educativo. É o meio para que se chegue ao resultado que se espera. O sucesso dessas medidas dependerá de sua execução, com o apoio das autoridades responsáveis que devem dar toda a estrutura para implementá-las nos termos definidos em lei e com a imprescindível participação da sociedade.

**As unidades de internação brasileiras realmente cumprem a proposta educativa de reintegração dos menores infratores à sociedade?**

De uma forma geral, não cumprem. O Governo de Minas Gerais

Marcelo Albert/TJMG

**Desembargador Wagner Wilson Ferreira**

tem feito grandes investimentos nessas unidades nos últimos anos, mas há um déficit histórico no País. Falta sempre o essencial, profissionais da saúde e da educação que desenvolvam

projetos objetivando a recuperação e a profissionalização dos internos. A sociedade, em vez de defender a redução da maioria penal, deveria cobrar a efetividade das políticas públicas previstas em lei, voltadas para a saúde física e mental e para a educação destes internos.

**O senhor acredita que a proposta de redução da maioria penal**

**será aprovada pelo Congresso?**

Infelizmente, sim. A maioria da população brasileira pensa que essa medida resolverá o problema da violência no País. A mídia tem contribuído de

**Não se transforma a sociedade por meio de leis. Precisamos unir o poder público e a comunidade para construirmos políticas que afastem a juventude da violência**

uma forma efetiva para fortalecer essa ideia. Notícias são divulgadas sem que seja feita uma análise das consequências da aprovação dessa proposta. Não divulgam que a porta de entrada de um presídio é a porta de entrada para um lugar sem saída. A falta de projetos

de ressocialização e as precárias condições dos presídios brasileiros não são noticiadas pela mídia brasileira. ●

PROGRAMA-SE

# Palladium faz aniversário com 70 atrações

Henrique Chendes/Sesc



Sesc Palladium espera grande público para o seu aniversário

Em seu quarto aniversário, comemorado neste mês, o Sesc Palladium preparou uma vasta programação cultural na qual estão incluídas atrações musicais, literárias, teatrais, cinematográficas e dança, que serão realizadas até o dia 30 de agosto.

Subirão ao palco artistas consagrados como João Donato, Lenine, Elba Ramalho e Erasmo Carlos. A viola de concerto de Fernando Degui e Marcus Ferre, e a viola caipira de Paulo Freire e Levi Ramiro, são, respectivamente, as atrações dos dias 22 e 23 de agosto. A atriz Renata Sorrah apresentará o espetáculo Krum, e o ator Jonas Bloch entrará em cena com a montagem “O delírio do verbo”, com textos do poeta Manoel de Barros.

No dia 14, a exibição do filme “Jardim de Guerra” será comentada pelo diretor da película, Neville D’Almeida. Lançado no Festival de Cinema de Belo Horizonte, a obra, de 1968, foi recolhida pela censura. Ainda na sétima arte, será realizada, nos dias 13 a 15 de agosto, a oficina o “Som em Cena”.

A programação inclui atividades formativas como a oficina audiovisual “Pequena Grande Tela” sobre conteúdos produzidos por dispositivos móveis, como celulares, tablets e câmeras digitais portáteis. No dia 19, a artista mineira Marilá Dardot falará sobre o processo de produção da videoinstalação Diário, criada na Casa Wabi, no México. ●

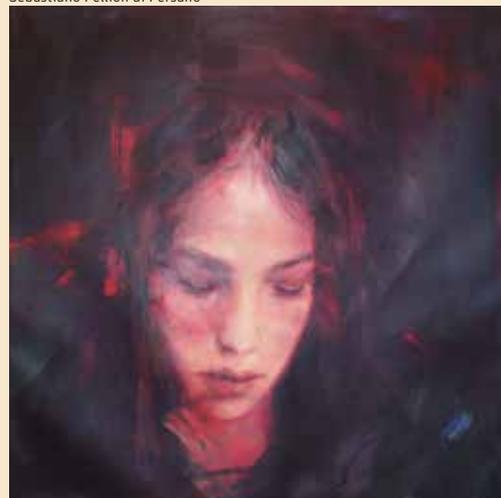
MOSTRA

## ‘Uma certa Itália’ em BH

Sebastiano Pellion di Persano

Até o dia 7 de setembro, os belo-horizontinos podem apreciar a mostra “Uma certa Itália – 15 artistas do Piemonte na Casa Fiat de Cultura”. A exposição reúne 45 obras de jovens artistas italianos, numa seleção artística da Itália contemporânea.

A região do Piemonte, na Itália, reconhecida pelas tradições camponesas e pela imagem industrial por entre os Alpes, passou, nos últimos 40 anos, por uma efervescência artístico-cultural, sobretudo na cidade de Turim. Os artistas, nascidos na era digital, resgatam a pintura em técnicas e estilos diversos e estabelecem um contraponto entre o avanço tecnológico e a tradição pictórica.



Cristiane F. de Anna Madia (2008)

A entrada é gratuita e mostra pode ser vista na Casa Fiat de Cultura, Circuito Cultural Praça da Liberdade, Praça da Liberdade, 10, Funcionário, Belo Horizonte, de terça a quinta-feira, de 10h às 21h, e nos sábados e domingos, de 10h às 18h. Mais informações no site casafiatdecultura.com.br ou pelo telefone (31) 3289-8900. ●

NOSSOS CLIENTES E  
NOSSAS OFERTAS  
TÊM ALGO EM COMUM:  
SÃO ABSOLUTAMENTE  
EXCLUSIVOS.

CLIENTES

M G

OPORTUNIDADE  
TOYOTA

Condições especiais  
para associados  
da AMAGIS.  
Consulte tabela.

Só na Rodobens você aproveita este convênio  
e encontra o melhor atendimento com vendedores exclusivos.  
Venha já fazer um test drive – não precisa agendar.

Entre em contato com os nossos vendedores.

Via Expressa • 2103-4800 • Sheila e Maria • stavares@rodobens.com.br  
Raja • 2102-8400 • Wellington ou Marina • wviteira@rodobens.com.br

Rodobens  
Automóveis

**CONSELHO DELIBERATIVO**

# Contas são aprovadas por unanimidade

Izabela Machado

**Herbert Carneiro e José Aluísio Neves****Membros do Conselho Deliberativo na Amagis**

O Conselho Deliberativo da Amagis aprovou, por unanimidade, no dia 17 de julho, as contas da Amagis e da

Amagis Saúde. As contas foram enviadas previamente aos membros do Conselho Deliberativo, que aprovaram

os documentos sem ressalvas. Toda a movimentação financeira da Associação e do plano de saúde (entrada e

saída de recursos) é gerida pelo Departamento Financeiro da Amagis, e a contabilidade é feita pela empresa DHISA.

Anualmente, a consultoria Grunitzky realiza a auditoria dessas contas. O demonstrativo financeiro do plano de saúde também é enviado para Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A boa situação financeira da Amagis Saúde expressa ainda a solidez do plano de saúde da magistratura mineira, conforme afirmou o vice-presidente de Saúde da Amagis, juiz Maurício Soares, durante a reunião na sede da Associação.

Hoje, a Amagis Saúde possui uma reserva técnica cinco vezes superior ao valor exigido pela Agência Nacional de Saúde (ANS). Na ocasião, Maurício Soares destacou que o fortalecimento financeiro do plano é um esforço realizado também por gestões anteriores. ●



## Há 60 anos, a AMAGIS trabalha na defesa dos direitos dos magistrados mineiros.

[www.amagis.com.br](http://www.amagis.com.br)

A magistratura mineira com um espaço próprio na internet!

Visite o nosso site e confira notícias sobre o Poder Judiciário, artigos, sentenças, informações sobre serviços, benefícios, convênios e as produções da entidade.

## FUTEBOL SOCIETY

# Másters da Amagis buscam octacampeonato



Time da Amagis disputará o torneio em Natal (RN)

Neste mês, o time da Amagis embarca para Natal (RN) em busca do seu oitavo título na categoria máster do Campeonato Nacional de Futebol da AMB, promovido, neste ano, pela Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte (Arman).

A competição será realizada de 19 a 23 de agosto. No primeiro dia, será realizado o congresso técnico, no qual são definidos os últimos detalhes do torneio. Os jogos serão disputados no período da tarde e da manhã, e o campeão será conhecido no dia 22 de agosto. Os jogadores que se destacarem na disputa também serão premiados. O dia 23 está reservado para o retorno das delegações.

## TROFÉU ALVIMAR DE ÁVILA

Em reunião realizada no dia 6 de julho, a diretoria da Amagis aprovou, por unanimidade, a criação do Troféu Desembargador Alvimar de Ávila. Os desembargadores Tiago Pinto, Tibagy Salles e Armando Freire e os juízes José Aluizio Neves da Silva e Glauco Eduardo Soares Fernandes compõem a comissão organizadora do torneio no qual será disputado o troféu.

Natural de Diamantina (Vale do Jequitinhonha), o desembargador Alvimar de Ávila faleceu, aos 68 anos, no dia 20 de abril. Durante 33 anos, ele dedicou sua vida à magistratura, dos quais dez como desembargador do TJMG. ●

## CAMPEONATO DE TÊNIS

# Inscrições se encerram neste mês



As inscrições para o XIX Campeonato Nacional de Tênis dos Magistrados, promovido pela AMB em parceria com a Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco (Amepe), podem ser feitas até o dia 21 deste mês.

A competição será realizada em Recife (PE), de 23 a 27 de setembro, com partidas disputadas no Recife Tênis Clube. No primeiro dia, será realizado o congresso técnico, quando as delegações recebem as últimas orientações do torneio.

As finais serão no dia 26, quando também será feita a premiação durante o jantar de confraternização. O retorno dos competidores será no dia 27. As inscrições podem ser feitas pelo e-mail [eventos@amepe.com.br](mailto:eventos@amepe.com.br) ou pelo telefone (81) 3224-3251. ●

Instituto Mineiro  
de Perícias



## Um olhar técnico a favor da

Com um corpo técnico altamente especializado, o Instituto Mineiro de Perícias (IMP) atua nas mais diversas causas jurídicas e nas mais complexas questões periciais, esclarecendo pontos controversos de forma eficaz e agregando precisão e segurança aos resultados.

### Áreas de atuação e perícias técnicas:

- Áudio, Vídeo e Informática
- Biologia, Bacteriologia e DNA
- Contábil
- Documentoscopia e Grafotecnica
- Engenharia
- Meio Ambiente
- Médica
- Patrimonial Histórico e Avaliação
- Psicologia
- Química
- Segurança, Engenharia e Medicina do Trabalho
- Trânsito

Av. Contorno, 5491 | 4º andar | Cruzeiro  
Belo Horizonte | Minas Gerais | Brasil  
Contatos: + 55 31 3284-3423 | 9217-5156

[www.periciasmg.com.br](http://www.periciasmg.com.br)

verdade.

Convênio  
AMAGIS

## PROMOÇÃO

# Tribunal de Justiça empossa novos desembargadores

Em julho, o TJMG empossou três novos desembargadores. No dia 3, os magistrados Wilson Almeida Benevides e Mônica Libânio Rocha Bretas assumiram, respectivamente, a 7ª Câmara Cível e a 15ª Câmara Cível do Tribunal.

Na mesma cerimônia, o desembargador Edgar Penna Amorim tomou posse como membro do Órgão Especial do TJMG, ocupando a vaga deixada

pelo desembargador Silas Vieira, que se aposentou.

No dia 16 de julho, foi a vez do magistrado José Augusto Lourenço dos Santos, que era titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Timóteo (Vale do Aço), tomar posse no cargo de desembargador, assumindo a 12ª Câmara Cível do Tribunal.

Na ocasião, o juiz Genil Anacleto Rodrigues Filho, titular

da 4ª Vara de Feitos Tributários do Estado da Comarca de Belo Horizonte, passou a integrar, por substituição, a 10ª Câmara Cível do TJMG.

As promoções de magistrados são deliberadas pelo Órgão Especial do TJMG, cujas sessões são transmitidas ao vivo pelo site amagis.com.br. Mensalmente, são realizadas duas sessões do órgão nas tardes de quarta-feira. ●

Renata Caldeira/TJMG



Pedro Bitencourt e José Lourenço



Mônica Libânio e Wilson Benevides

## CONGRESSO DA AMB

## Inscrições para concurso vão até dia 31 de agosto

Reprodução da internet



Os magistrados interessados em participar do concurso de monografias, que será promovido durante o XXII Congresso Brasileiro de Magistrados, têm até o dia 31 deste mês para fazer sua inscrição. Os trabalhos devem abordar

o tema “O Poder Judiciário e a consolidação da democracia: o papel da Justiça na sociedade contemporânea”, eixo central do encontro.

O congresso será realizado do dia 29 a 31 de outubro deste ano, na cidade de Rio

Quente (GO), e contará com conferências, palestras, painéis, mesas-redondas, oficinas de trabalho e comissões temáticas de trabalho. A conferência de abertura, no dia 29, será proferida pelo ministro Ricardo Lewandowski, presidente do Supremo Tribunal Federal.

Os trabalhos enviados para o concurso devem ser inéditos, contendo de 20 a 30 páginas. O regulamento que normatiza os artigos está disponível no site amb.com.br/congresso2015. As inscrições para o congresso podem ser feitas até o dia 16 de julho, no mesmo site. ●

## ARBITRAGEM

## Corregedora fará palestra na Ejef

Luiz Antoni/STJ



Ministra e corregedora Nancy Andrighi (STJ)

A Corregedora Nacional de Justiça e ministra Nancy Andrighi, do Superior Tribunal de Justiça, é uma das convidadas para palestrar no “Seminário Arbitragem e Poder Judiciário: uma cooperação necessária”, que será promovido pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), no dia 21 de agosto.

O evento contará ainda com a partici-

pação dos desembargadores Caetano Levi Lopes e Claudia Maia, do TJMG. As inscrições estão abertas e podem ser feitas pelo cofop. seminarios@tjmg.jus.br. Os interessados devem enviar o nome, matrícula, instância, cargo ou função. As vagas são limitadas e haverá emissão de certificado. Mais informações pelo telefone (31) 3247-8846. ●

## PIB BRASILEIRO

# Pero Vaz de Caminha e as derrapadas de nossa economia

DESEMBARGADOR TARCÍSIO MARTINS COSTA

Christopher Borges



**Commodities agropecuárias têm impedido uma queda maior do PIB**

Ao chegar ao Brasil, Pero Vaz de Caminha, em carta de apenas sete folhas ao rei Dom Manuel, de Portugal, escreveu "...Nela (a terra), até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infundas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem."

A agricultura brasileira, sabe-se, teve início no Nordeste, no século XVI, depois da criação das capitanias hereditárias, com a monocultura da cana-de-açúcar dos grandes latifúndios, movida à mão de obra escrava, restrita à cana e mais alguns outros cultivos de subsistência das populações, de pouca expressividade. No início do século XVIII, vieram as plantações de café, no século seguinte, nosso principal produto de exportação. Para quem quiser conhecer a história do nosso desenvolvimento econômico, sugerimos o livro "Formação Econômica do Brasil", do saudoso Celso Furtado, meu professor em fins dos anos 60 no Institut d'étude du Développement Economique

et Social - I.E.D.E.S, da Universidade de Paris. Ele analisa a ocupação do território brasileiro, comparada à das colônias do hemisfério norte. Aborda os ciclos do açúcar, da pecuária, do ouro e a ascensão da economia cafeeira. Sua crise, no séc. XX, e a industrialização. Em paralelo aos cinco séculos da história econômica, estuda a evolução da mão de obra no Brasil, desde a escravidão até o trabalho assalariado, dos imigrantes europeus e migrantes internos. Na conclusão, aponta os desafios a serem enfrentados até o século XX.

As commodities agropecuárias de hoje, com alta tecnologia, e intensivas de capital, nada têm a ver com as commodities intensivas em trabalho do período colonial. Atualmente, mais da metade das exportações brasileiras concentra-se em ape-

nas dez commodities básicas, inclusive minerais, cuja valorização no mercado internacional nos permitiu crescer a taxas elevadas, na década passada.

**São as commodities agropecuárias que vêm sustentando o PIB, sendo um dos setores que, apesar de a indústria brasileira estar esboroando, vêm mantendo expressivo crescimento**

Lamentavelmente, não aproveitamos o boom das commodities criado pela China, investindo em infraestrutura e educação. De qualquer sorte, são as commodities agropecuárias que vêm sustentando

o PIB, sendo um dos setores que, apesar de a indústria brasileira estar esboroando, vêm mantendo expressivo crescimento. Nosso PIB pressionado pela grave crise de confiança (mensalão, petróleo et caterva), segundo dados de 19 de maio, divulgados pelo IBGE, em valores correntes, ficou em R\$ 1.408 trilhão no início deste ano. Ou seja, na comparação com o mesmo período do ano passado, recuou 1,6%. No ranking da Austin Rating, referente a 33 países no primeiro trimestre de 2015, só ficamos à frente da Rússia (1,9%) e Ucrânia (17,6%),

Já a indústria, comparando o 1º trimestre de 2015 e de 2014, caiu 3%, enquanto a agropecuária cresceu 4,0%, atingindo 80 bilhões. Quanto ao 4º trimestre de 2014, o setor cresceu 4,7%. A soja, líder da produção, deverá

alcançar 95 milhões de toneladas, 10% a mais do que a safra anterior; o arroz: 12,4 milhões de toneladas, 2% mais. Somados ao milho, conforme a Conab, os três produtos atingirão 186 milhões de toneladas: 96% do que o País vai produzir. E mais. O Brasil, nos últimos 40 anos saiu dos 6,9 milhões de hectares de área cultivada para 31,9 milhões. É também o maior exportador global de carne bovina (US\$7,2 bi) e de frangos (US\$8,08 bi), o 5º de carne suína (US\$1,6 bi). A venda de tratores destinados à agricultura familiar dobrou, alcançado 28.388 unidades: 31% de sua produção. Cerca de 70% dos produtos da mesa do brasileiro são oriundos das 4,3 milhões de propriedades da agricultura familiar, e os 74% dos postos de trabalho do campo do País, representam o dobro da construção civil.

Tudo isso, como avaliava o escriba real, graças a uma terra que "...em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo." O autor do primeiro documento da História do Brasil, contudo, nem em sonhos podia divisar o que viria nos próximos 500 anos: a existência de um mercado global, a forte oscilação dos preços das commodities e as grandes derrapadas dos agentes políticos, que, por aqui, passaram e colocaram a economia da terra de muitos bons ares à beira do precipício. ●

**INTERESSE PÚBLICO**

# Destaques do Via Justiça e Pensamento Jurídico na TV

**VIA JUSTIÇA**

Fotos: Fernanda Marcuê

**MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM**

A Lei 13.140, de 26 de junho de 2015, disciplina meios alternativos de resolução de conflitos e, com isso, busca evitar a judicialização de questões mais simples. Para entender quais as principais inovações impostas pelo novo texto e como elas contribuem para a redução da morosidade, o Via Justiça recebeu o juiz aposentado Noelho Adelino Machado, e a advogada Grasielle Mello, membro da comissão de Mediação e Arbitragem da OAB-MG. (Foto)

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

Em busca de oportunidades, muitas pessoas vêm para Belo Horizonte, mas acabam sem ter como voltar para suas cidades de origem, adotando as ruas como abrigo. O TJMG, o Ministério Público e o Governo do Estado se uniram em prol da população de rua da capital. O projeto "Rua de Direitos" é tema do Via Justiça, com o juiz Sérgio Henrique Cordeiro Caldas Fernandes, da 23ª Vara Cível de Belo Horizonte, e o promotor de Justiça Paulo César Vicente de Lima.

**EXECUÇÃO FISCAL EFICIENTE**

O projeto Execução Fiscal Eficiente do TJMG propõe que as execuções de valores baixos não sejam mais realizadas através do Judiciário. Para saber mais sobre esse projeto, que tem como objetivo a redução da carga processual e avaliar os impactos da iniciativa sobre a receita do Estado, o Via Justiça recebe a juíza Lílian Maciel Santos e o juiz Renato César Jardim, ambos auxiliares da presidência do Tribunal de Justiça.

**CENTRO JUDICIÁRIO DE CONFLITOS AGRÁRIOS**

Em iniciativa inédita no País, o Governo de Minas e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais assinaram portaria que instala o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para Demandas Territoriais Urbanas e Rurais e de Grande Repercussão Social. Os centros são tema do nosso programa, no qual teremos como convidados o juiz Carlos Donizetti Ferreira da Silva e o subsecretário da Casa Civil do Governo de Minas Gerais, Rômulo Ferraz. ●

**ASSISTA**TV Assembleia  
Sexta-Feira, às 23hTV Justiça  
Sábado, às 15h30TV Comunitária  
Sexta-Feira, às 23h30**PENSAMENTO JURÍDICO****CONGRESSO MINERÁRIO**

Durante os dias 24, 25 e 26 de junho, a Amagis promoveu o I Congresso Mineiro sobre Exploração Minerária. Participaram do programa o governador de Minas, Fernando Pimentel, o presidente do Tribunal de Justiça, Pedro Bitencourt, o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, entre outros, que debateram os efeitos econômicos, ambientais e jurídicos da mineração. (Foto)

**MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

A balança mineral de Minas Gerais resultou em 2014 num saldo de 14.295, 7 bilhões de dólares. As exportações de bens minerais têm uma representação muito significativa no Estado, representando 52,8% do total exportado. Como garantir a manutenção dessa importante fonte de renda, sem gerar danos ao meio ambiente e a população do entorno das Minas? O entrevistado é o ex-ministro da Fazenda e Planejamento Paulo Haddad.

**MINERAÇÃO E LEGISLAÇÃO**

Há dezoito anos, o Congresso Nacional discute o marco civil da Mineração. Quais as causas de tamanho atraso e quais suas consequências sobre o meio jurídico? Em mais uma edição sobre o I Congresso Mineiro de Direito Minerário, o Pensamento Jurídico discutiu o tema com o advogado e professor da UnB, Adriano Trindade; o coordenador do ordenamento da exploração mineral do DNPM, Ricardo Parahyba, e com o diretor de Assuntos Ambientais do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Rinaldo Cesar Mancin.

**DIREITO E SAÚDE**

De acordo com a Constituição, o direito à saúde é um direito fundamental. Como combinar o direito à saúde e os problemas de gestão? Em edição especial, o Pensamento Jurídico cobriu em Alfenas (Sul de Minas) o debate jurídico "Direito e Saúde", durante as celebrações pelos 60 anos da Amagis, e ouviu magistrados e especialistas sobre o fenômeno da judicialização da saúde. ●

**ASSISTA**TV Justiça  
Sábado, às 18h30TV Comunitária  
Sábado, às 22h

## EFETIVIDADE DO DIREITO

# Reflexões sobre o tempo, o Direito e as Academias

FERNANDO ARMANDO RIBEIRO\*

Vivemos um tempo em que se cultiva a velocidade, e sob o ritmo implacável das máquinas, deixamos marcar nossas vidas pelo compasso da pressa. O hoje torna-se mero prenúncio de um amanhã que passa tão rapidamente, que parece, às vezes, nem de fato acontecer.

Como constata Max Weber, houve um tempo, entre os povos da Antiguidade, em que o ritmo da vida era marcado pela visão de um processo circular. Todavia, o império do ontem foi profundamente invertido pelos tempos modernos, em que, sob a égide da era industrial e sob o comando de artefatos técnicos e, depois, mais profundamente ainda, das novas tecnologias de informação, acelerou-se nossa percepção do tempo, deixando-se o

passado relegado a mera peça de museu, acessório quase que dispensável. A renovação incessante de elementos a serem conhecidos, possuídos, compreendidos ou dominados é tamanha que, muitas vezes, nem sequer nos

damos conta dos passos ou das conquistas obtidas.

Parece que estamos mesmo a caminho de nos tornarmos aquilo que Hannah Arendt denunciava como o homo faber, o homem completamente exaurido e alienado na dimensão de um trabalho que se converte em simples processo de produção, e cujos bens por ele produzidos, seja no campo da tecnologia, da ciência ou mesmo das artes e das letras, têm por característica principal sua fungibilidade perene, vale dizer, tornarem-se consumíveis e esquecíveis, tão logo tenham sido produzidos.

Não nos damos conta, porém, de que o fenômeno do tempo, complexo e multidimensional que é, não nos permite uma visão recortada ou fragmentada de seu ser. Terminamos por esquecer que se todo o tempo é presente,

este se deve revelar numa composição triádica — passado-presente-futuro —, que apenas numa trama conjunta se pode realizar. O esquecimento do ontem pode trazer-nos sérios riscos. Não riscos econômicos ou militares, mas riscos

existenciais. Pois corremos o risco de esquecer que o tempo é uma das matérias de que somos realmente feitos. Muito mais do que dinheiro — como reza o brocardo capitalista do “time is money” —, é chegada a hora de compreender que “time is life”! Tempo é vida!

A visão fragmentária sobre o tempo precisa e pode ser superada. E ainda é tempo de fazê-lo. Instituições como as Academias, a meu ver, local propício para nos lançar nesta tarefa. Pois é preciso aguçar nossa consciência, aquietar a azáfama do dia a dia, para entrarmos na dimensão da verdadeira serenidade, a qual é ativa e não passiva, e permite-nos contato autêntico com o mundo e com as coisas. Por meio dela, abrimos-nos a voz de um passado que nos fala.

“Procuro um homem!” — era o brado contumaz de Diógenes a todos os que, perplexos, não compreendiam o gesto simbólico do filósofo, perambulando de dia pelas ruas da cidade com uma lamparina acesa. Também em nossos dias, quantos, em meio à faina avassaladora de metas, números e gestão, já não terão sentido crepitar em si a mesma pergunta angustiante e angustiada que, há mais de dois milênios, movia o filósofo Diógenes: “Procuro um homem!”. Pois não encontrar o ser humano

nos processos pode ser ainda mais trágico e avassalador que não encontrá-lo na cidade!

Construída em espaço sagrado, um bosque de olivas dedicado à deusa da sabedoria — Atena

—, a Academia seria o lugar do encontro entre aqueles que se dedicavam ao pensar e ao saber. Espaço de cultivo da chamada “vida contemplativa”,

ou vida teórica (bios theoretikos), por oposição à vida ativa, ou vida prática. A “vida contemplativa” deveria anteceder a “vida ativa”, pois, enquanto esta se mostra inevitavelmente presa ao reino das necessidades, a vida contemplativa constitui o espaço para construção racional e intelectual que guia o indivíduo na busca de seus bens maiores, como a sua liberdade.

É válido lembrar que a construção do Direito e da Política no Ocidente resultou sempre da conjugação destes dois grandes vetores, “vida ativa” e “vida contemplativa”, os quais, longe de se excluírem, reclamam-se, completam-se mutuamente. O esquecimento das virtudes regentes de uma Academia pode trazer trá-

gicas consequências ao Direito. É que os juristas, uma vez feitos reféns de açodado tecnicismo, terminam por legar a um quase esquecimento o complexo e sofisticado

arcabouço de sentidos que estrutura e conforma o Direito como ciência social e humana. A cruel estruturação dos ordenamentos nazifascistas no século XX é um trágico,

radical e paradigmático exemplo.

Ademais, a efetividade da ação reflexiva das Academias é algo que não podemos desconsiderar. A história tem demonstrado a força das ideias e do pensamento como instrumento de transformação da realidade. Como nunca cansava de advertir o notável jurista Geraldo Ataliba, “nada mais prático do que uma boa teoria”. Esta deve ser a mais importante missão das Academias para com o Direito nesses tempos conturbados: garantir a sua efetividade, sem jamais descurar de seu profundo compromisso humano. ●

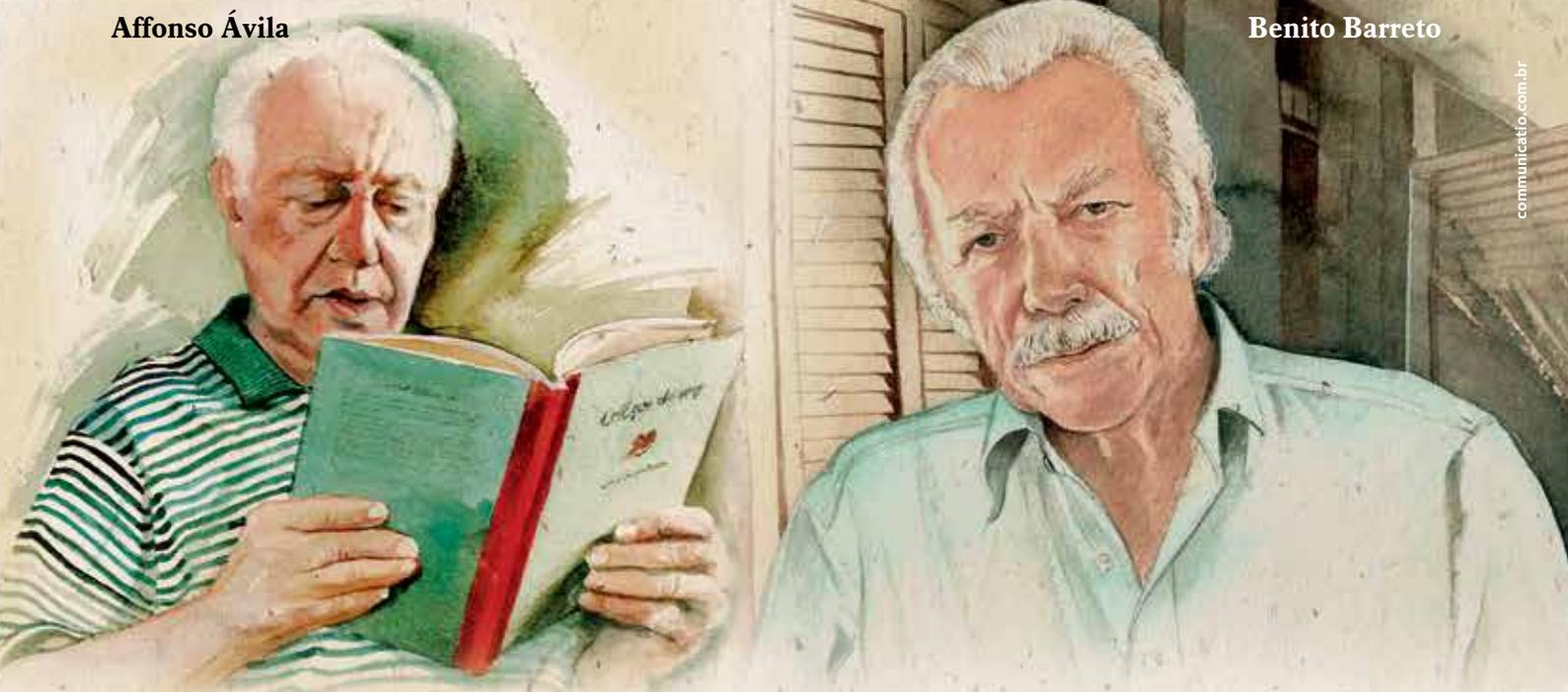
\* *Doutor em Direito (UFMG); Professor da PUC-Minas; Juiz do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais e Presidente da Academia Mineira de Direito Militar.*

**A vida contemplativa constitui o espaço para construção racional e intelectual que guia o indivíduo na busca de seus bens maiores, como a sua liberdade.**

**Esta deve ser a mais importante missão das Academias para com o Direito nesses tempos conturbados: garantir a sua efetividade, sem jamais descurar de seu profundo compromisso humano.**

Affonso Ávila

Benito Barreto



comunicatio.com.br

**Estes autores já publicaram na**

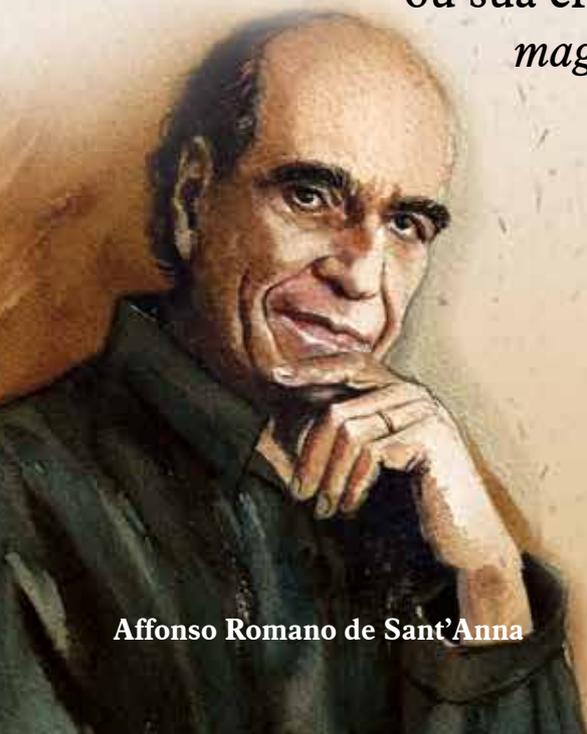
**MagisCultura**  
Mineira

**Junto com eles, muitos juízes e  
desembargadores mineiros.**

**Agora falta você também publicar!**

Mande seu conto, seu poema, seu artigo  
ou sua crônica para a próxima edição.

*magiscultura@amagis.com.br*



Affonso Romano de Sant'Anna



Adélia Prado

## COPARTICIPAÇÃO

# Conselho Gestor reajusta consultas

Em função do reajuste anual das consultas pagas pela Amagis Saúde aos médicos conveniados, a taxa de coparticipação paga pelos usuários do plano da magistratura mineira terá um aumento de R\$ 2,50.

A decisão foi tomada pelo Conselho Gestor do Amagis Saúde, no dia 29 de julho, em reunião realizada na sede da Amagis, na qual foram discutidos ainda temas de interesse específicos dos usuários do plano.

Participaram da reunião, o vice-presidente



## Conselheiros discutem assuntos administrativos do Amagis Saúde

da Amagis Saúde, juiz Maurício Soares, a juíza Luzia Divina de Paula Peixoto, presidente em exercício da Amagis, os

desembargadores Edison Feital Leite, Reynaldo Ximenes Carneiro e Márcio Aristeu Monteiro de Barros, e os juizes Marcelo

Carlos Cândido, Marli Maria Braga Andrade, Claudio Manoel Barreto de Figueiredo e Dalton Soares Negrão. ●

## DIA 20 DE AGOSTO

## Integramagis faz pausa na correria

**INTEGRAMAGIS**  
Em comemoração aos 20 anos da Amagis, o Integramagis convida para a palestra:  
**“Dê um tempo para você!”**  
Com Prof. Júlio Machado  
Formado em biologia, estudioso de filosofia e pesquisador de comportamento humano.  
Tema: **Intelecto, Diversidade e Saúde**  
Apresentação musical: Des. Guilherme Luciano Basteiro e convidados.  
**20 AGOSTO 19H** SALÃO DE FESTAS DA AMAGIS  
CONFIRME SUA PRESENÇA - (31) 3079-3492, com Rosângela rosangela@amagis.com.br  
AMAGIS - Rua Albita, 194 - Cruzeiro - CEP: 30310-900 - Telefone: (31) 3079-3492 - Belo Horizonte - MG - www.amagis.com.br - amagis@amagis.com.br

A Amagis e Amagis Saúde convidam magistrados e familiares para darem um tempo na correria do dia a dia e, no próximo dia 20, participarem de mais uma edição do Integramagis, que será realizada no Salão de Festas da Associação, às 19h.

O convidado da noite é o consultor em qualidade de vida, professor Júlio Machado, com a palestra “Dê um tempo para você”, na qual o educador discute a importância de se

planejar para poder ter uma percepção da vida para além da rotina, buscando organizar melhor tanto os sentimentos quanto às ações.

Após a palestra, será realizada uma confraternização e uma apresentação musical para embalar o Integramagis, cuja proposta é justamente possibilitar ao associado dar uma pausa na correria cotidiana em nome da qualidade de vida. Confirme sua presença, ligue para (31) 3079-3492. ●

### Suplemento do Plano de Saúde da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro  
Belo Horizonte • MG  
Telefax: (31) 3079-3499  
e-mail: imprensa@amagis.com.br  
www.amagis.com.br

**Presidente da Amagis:**  
Desembargador Herbert  
José Almeida Carneiro

**Diretoria do Amagis Saúde:**  
Vice-presidente de Saúde  
Juiz Maurício Torres Soares

Diretor de Saúde  
Juiz Edison Feital Leite

Diretor Financeiro  
Juiz Cláudio Manuel  
Barreto de Figueiredo

**Conselho Gestor:**  
TJMG

Wander Paulo Marotta Moreira  
Geraldo Domingos Coelho

Suplentes  
José Geraldo Saldanha da Fonseca  
Geraldo José Duarte de Paula

Juizes da Capital  
Maria Luiza Santana Assunção  
Edison Feital Leite

Suplentes  
Marco Aurélio Ferenzini  
Marli Maria Braga Andrade

Juizes do Interior  
Marcelo Carlos Cândido  
Dalton Soares Negrão

Suplentes  
Paulo Antônio de Carvalho  
André Luiz Tonello de Almeida

Aposentados  
Cláudio Manuel Barreto Figueiredo  
Francisco Albuquerque

Suplentes  
Noelmo Adelino Machado  
Mauro Soares de Freitas

**Diretoras de comunicação:**  
Juízas Aldina de Carvalho Soares  
e Rosimere das Graças do Couto

**Coordenador de Comunicação:**  
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

**Jornalistas:**  
Georgia Bacvaroff • Mtb - MG: 08441  
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188  
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

**Projeto Gráfico:**  
Agência Graffo

**Diagramação:**  
Fosfato Comunicação Digital

**Pré-impressão/Impressão:**  
Gráfica e Editora Del Rey

## NOVOS CREDENCIADOS

Cidade	Especialidade	Credenciado	Endereço	Telefone
Alfenas	Patologia Clínica, Medicina Laboratorial	Análise Laboratório Clínico	Rua Gabriel Moura Leite, 26 Centro	(35) 3292-7705
Belo Horizonte	Oftalmologia	Gisele Schelgshorn Campos	Av. do Contorno, 4747 Sala 1705 e 1706 - Serra	(31) 3287-0473
Nova Lima	Fisioterapia, Cardiologia, Teste Ergométrico, Ecg	Gustavo Corrêa Cardio Fitness	Rua Ministro Orozimbo Nonato, 102 Sala 1307 A - Vila da Serra	(31) 3024-0265
Poços de Caldas	Psicologia	Marilda de Cássia Fonseca Dal Poggetto	Rua XV de Novembro, 303 Centro	(35) 3714-7825

## AMPLA COBERTURA

# Novas adesões correspondem a 10% do Grupo de Estados

Criado em abril de 2014, o plano Amagis Saúde Grupo de Estados tem atraído cada vez mais magistrados interessados em ampliar a cobertura do plano de saúde para além de Minas Gerais, podendo utilizar a rede credenciada dos parceiros do Amagis Saúde em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Nos últimos meses, com a possibilidade da migração sem carência para a modalidade, as novas adesões de associados titulares ao Amagis Saúde Grupo de Estados corresponderam a 10% do novo plano, que, hoje, conta com aproximadamente dois mil usuários.

Com a nova modalidade, a “diferença de tabela”, que era aplicada no modelo de cobertura anterior, quando o associado utilizava as redes credenciadas dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, não é mais cobrada. As regras de coparticipação permanecem inalteradas.

Em Minas Gerais, os usuários contam com uma rede de cerca de dois mil credenciados, que atendem em todo o estado. Como os planos de saúde da Amagis são exclusivos da magistratura, os associados e seus familiares têm à sua disposição um atendimento personalizado, desburocratizado, que garante maior agili-



**Grupos de Estados oferece maior abrangência ao associado**

dade na liberação de guias médicas.

### HISTÓRICO

O Amagis Saúde Grupo de Estados foi criado no dia 14 de fevereiro de 2014, em As-

sembleia Geral Extraordinária, no Auditório da Amagis, da qual participaram cerca de 500 magistrados de todas as regiões do Estado.

O plano foi aprovado pela ANS, no

dia 10 de abril, com o número de registro 471.054/14-1. Mais informações sobre a modalidade podem ser obtidas pelos números (31) 3079-3482 e (31) 3079-3499. ●

## DICAS DA AMAGIS SAÚDE: OBRIGATORIEDADE DE COBERTURA DOS PLANOS DE SAÚDE

A Agência Nacional de Saúde, por meio da Resolução Normativa nº 338, de 21 de outubro de 2013, lista os procedimentos e eventos de cobertura mínima obrigatória das operadoras de saúde e estabelece as Diretrizes de Utilização, Diretrizes Clínicas e o Protocolo de Utilização, nas quais são definidos os critérios de obrigatoriedade.

Veja abaixo alguns procedimentos que, para serem liberados, devem seguir as Diretrizes de Utilização. Confira a lista completa no site [ans.gov.br](http://ans.gov.br). Para mais esclarecimentos, ligue (31) 3079-3478, (31) 3079-3479, (31) 3079-3480 e (31) 3079-3481 e fale com os atendentes da Amagis Saúde.

- ✓ Análise Molecular de DNA
- ✓ Angiotomografia Coronariana
- ✓ Cirurgia de Esterilização Feminina (Laqueadura Tubária / Laqueadura Tubária Laparoscópica)
- ✓ Cirurgia de Esterilização Masculina (Vasectomia)
- ✓ Cirurgia Refrativa - Prk ou Lasik
- ✓ Fator V Leiden, Análise de Mutação
- ✓ Gastroplastia (Cirurgia Bariátrica) por Videolaparoscopia ou por via Laparotômica
- ✓ Pet-Scan Oncológico
- ✓ Tratamento Ocular Quimioterápico com Anti-Angiogênico
- ✓ Tomografia de Coerência Óptica